

PÁGINA  
22

**ECONOMIA:** o atual surto de investimentos poderá devorar ou revolucionar a região  
**CIÊNCIA:** prioridade fica só no discurso  
**SOBERANIA:** temer ou acolher o estrangeiro?  
**BETO VERÍSSIMO:** desenvolvimento exige a superação do modelo do *boom-colapso*  
**MÁRCIO SOUZA:** a modernidade amazônica deve inspirar os rumos do País

INFORMAÇÃO PARA O NOVO SÉCULO ■ NÚMERO 13 ■ OUTUBRO 2007 ■ R\$ 15,00



EDIÇÃO ESPECIAL

# AMAZÔNIA

## A LÓGICA DO JOGO

OS MOTIVOS DA DESTRUIÇÃO E AS ALTERNATIVAS PARA  
 A EXPLORAÇÃO SUSTENTÁVEL DA MAIOR FLORESTA DO MUNDO

# Um lugar SINGULAR

**A** Amazônia está em toda parte. No discurso político dentro e fora do Brasil, nas convenções internacionais sobre clima e biodiversidade, nos planos das empresas, no Programa de Aceleração do Crescimento e no imaginário das pessoas do mundo inteiro como a última grande região natural, indomada e misteriosa.

Pouco conhecida, a trama vegetal e urbana urdida pela floresta e pelas cidades amazônicas está prestes a ser desbravada por um grande volume de capital. O que se prevê de investimentos nas próximas décadas, em especial os hidrelétricos e de mineração, equivale à soma de tudo o que foi aplicado na região nos últimos cinco séculos. E está na forma pela qual esses recursos serão aplicados a chave para se preservar a riqueza biológica e cultural da Amazônia.

Nesta edição especial sobre o tema, estão apontadas as principais causas – históricas, políticas e econômicas – do atual processo de exploração da região, que, desde a década de 1970, tem se mostrado devastador. E, com base no conhecimento de grandes estudiosos da questão amazônica, são mostrados caminhos para que não só os empreendimentos se conciliem com a preservação, e ocupem de forma ordenada áreas já desmatadas, mas também façam florescer atividades econômicas voltadas ao que a região tem de singular: os serviços ambientais que presta e os ativos da biodiversidade, com a ajuda de saberes tradicionais e do desenvolvimento científico e tecnológico.

Nas palavras da geógrafa Bertha Becker, a Amazônia é um "lugar de vida". Considerações geopolíticas à parte, uma Nação que não enxerga o tamanho da responsabilidade, e da oportunidade, de cuidar do maior tesouro biológico da Terra — se não do universo — dificilmente saberá conceber um futuro generoso para si mesma. É hora de o Brasil avaliar os erros cometidos na exploração de seus demais biomas e empenhar-se na adoção de um novo modelo para a Amazônia.

**BOA LEITURA**

**PAGINA 22**

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS  
DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
DIRETOR Francisco S. Mazzucca



COORDENADOR Mario Monzoni  
EDITORAS FUNDADORAS  
Amália Safatle e Flavia Pardini  
EDITOR Flavio Lobo  
PROJETO GRÁFICO E EDIÇÃO DE ARTE  
Marco Cançado (Banana Biônica Design)  
EDITOR DE FOTOGRAFIA  
Bruno Bernardi  
REVISÃO  
José Genulino Moura Ribeiro  
SECRETÁRIA EDITORIAL  
Bel Brunharo  
COLABORARAM NESTA EDIÇÃO  
Carolina Derivi, Denise Juliani, Elaine Bayma, Eric Tohver,  
Ignacy Sachs, Janaina Tokitaka, Márcio Souza, Nelson Perez,  
Paulo Fehlauer, Raul do Valle, Regina Scharf, Roberto Waack  
ENSAIO FOTOGRÁFICO  
Luiz Braga

JORNALISTA RESPONSÁVEL  
Amália Safatle (MTb 22.790)  
MARKETING E PUBLICIDADE  
André Almeida / comercial@pagina22.com.br  
REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO  
Alameda Itu, 513  
01421-000 - São Paulo, SP  
(11) 3284-0754 / redacao@pagina22.com.br  
www.pagina22.com.br

IMPRESSÃO  
Vox Gráfica  
DISTRIBUIÇÃO  
Door to Door Logística e Distribuição  
DISTRIBUIÇÃO BANCAS  
Distribuidora Grupo Estado  
**NÚMEROS AVULSOS E REPARTES CORPORATIVOS:**  
(11) 3281-7875 e 3281-7790 ou livrariagvl@fgvsp.br  
(21) 2559-5535 ou livraria@fgv.br

CONSELHO EDITORIAL  
Amália Safatle, Aron Belinky, Flavia Pardini, Gladis Ribeiro,  
José Eli da Veiga, Mario Monzoni, Moisés Simantob, Tarcila  
Reis Ursini  
CONSELHO CONSULTIVO GVces  
Fabio Feldmann, Heloisa Bedicks, Luiz Maia, Luiz Ribeiro,  
Paulo Vanca, Ricardo Young, Sergio Esteves, Tamas Makray  
PARCEIROS FUNDADORES

**ODEBRECHT**

Fazendo mais que é possível BANCO REAL

Os artigos, ensaios, análises e reportagens assinadas expressam a opinião de seus autores, não representando, necessariamente, o ponto de vista das organizações parceiras e do GVces.

É necessária a autorização dos editores, por escrito, para reprodução do todo ou parte do conteúdo desta publicação.  
TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 10.000 exemplares

CAPA: LUIZ BRAGA

## 10 ENTREVISTA

Beto Veríssimo mostra como o fenômeno do *boom*-colapso espalha a pobreza na região, e quer chamar a atenção do Ministério da Fazenda

## 20 ECONOMIA

Uma das últimas grandes fronteiras a se explorar, a Amazônia vive um surto de investimentos. Que pode devorá-la ou revolucioná-la



## 28 HIDRELÉTRICAS

A euforia com a construção de usinas no Rio Madeira toma conta de empresários e comerciantes em Rondônia, enquanto cresce o temor de parte da população com as conseqüências sociais

## 34 INTERNACIONAL

A história da floresta, paraíso e inferno verde, está ligada à presença estrangeira e ao temor nacional com a perda da soberania

## 48 CIÊNCIA

Os centros de poder propagam o discurso da valorização socioambiental da Amazônia, mas não agem para transformar esse potencial em desenvolvimento sustentável por meio da ciência e da tecnologia

## 56 BERTHA BECKER

Uma das maiores estudiosas dos desafios amazônicos adianta análises e propostas do seu próximo livro sobre a região

### SEÇÕES

- 8 NOTAS
- 32 ANÁLISE
- 40 ARTIGO
- 42 RETRATO
- 54 ARTIGO
- 60 ARTIGO
- 64 COLUNA
- 66 ÚLTIMA



## CLIMA I

# Panela de PRESSÃO

As empresas brasileiras, pelo menos as listadas em bolsa, parecem estar sentindo a pressão. Das 60 companhias com ações na Bovespa que receberam o pedido de informações do Carbon Disclosure Project (CDP), 82% responderam, a segunda maior taxa absoluta dos levantamentos realizados pelo projeto em 2007. No ano passado, das 50 empresas convidadas, 66% responderam.

O CDP é uma iniciativa de investidores institucionais responsáveis pela administração de cerca de US\$ 41 trilhões em ativos, com o objetivo de tornar transparente a abordagem das empresas em relação às mudanças climáticas. E assim guiar os investidores na hora de analisar o *bottom line* das companhias e alocar recursos.

Os resultados do levantamento entre as empresas listadas no S&P 500, em Nova York, e no FT 500, de Londres, foram anunciados no fim de setembro. Das companhias do S&P 500, 56% responderam o questionário, contra 47% do ano anterior. Delas, 81% disseram que as mudanças climáticas representam risco para seu negócio e 69% afirmaram enxergar também oportunidades. Na amostra britânica, as respondentes foram 77%, das quais 79% vêem riscos na mudança do clima e 82% apontam também oportunidades.

Das listadas no S&P, entretanto, apenas 29% possuem programas para reduzir suas emissões e minguados 8% levam em conta o preço projetado de emitir carbono ao tomar decisões. — *por Flavia Pardini*



## CLIMA II

## COOPERAR EM LUGAR DE COMPETIR

Embora o grosso das companhias nem leve em conta o preço que o carbono provavelmente terá no futuro próximo, elas parecem lidar com o assunto de forma estratégica.

Apesar disso, a Sun Microsystems aposta que uma comunidade se formará em torno da troca de informações sobre estratégias quanto às mudanças climáticas. A empresa lançou em

setembro o website OpenEco ([www.openeco.org](http://www.openeco.org)), que oferece ambiente aberto para que as empresas compartilhem informações sobre emissões de gases de efeito estufa.

As companhias não pagam nada para usar as ferramentas de avaliação e cálculo das emissões, mas para isso precisam estar dispostas a tornar suas informações conhecidas aos demais

participantes da comunidade. Assim, poderão comparar dados e saber o que empresas do mesmo porte estão fazendo. A esperança é encorajar cada uma, individualmente, a agir. Para isso, a Sun deu o exemplo e divulgou suas próprias informações. É esperar para ver quantas seguirão e se realmente estão dispostas a abandonar a competição em favor da cooperação. (FP)

## MERCADO

## INAUGURAÇÃO PROMISSORA

O primeiro leilão de créditos de carbono do Brasil, realizado em 26 de setembro na Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F), pode ser considerado um caso de sucesso. O comprador do lote foi o banco de investimentos belga-holandês Fortis, que o arrematou por 16,20 euros a tonelada, um ágio de 27,5% sobre o preço mínimo fixado pela prefeitura. Há 12 anos no Brasil por meio de um escritório de representação, o banco possui presença marcante no mercado europeu de commodities. Por enxergar os créditos de carbono como mais um produto de sua área de atuação, o Fortis identificou no leilão uma boa oportunidade de negócio, pois aposta no crescimento da demanda. A intenção é colocar os créditos de carbono na carteira de ativos para posterior venda a algum cliente.

O banco belga-holandês superou as ofertas de 14 outros interessados, entre os quais empresas européias de energia — como Electrabel, da Bélgica, e Energias de Portugal — e outros grandes bancos de investimentos, como Goldman Sachs, Morgan Stanley, ABN Amro. Os créditos de carbono vendidos, correspondentes a mais de 800 mil toneladas, gerados pelo projeto

de queima de gás metano e co-geração de energia do Aterro Sanitário Bandeirantes, renderam à Prefeitura 13,09 milhões de euros (cerca de R\$ 34 milhões).

A BM&F espera que este primeiro teste de seu Mercado Brasileiro de Reduções de Emissões, criado há dois anos, seja o embrião de um ambiente de negociações mais ativo. Por enquanto, o nascente comércio

brasileiro de créditos de carbono em ambiente regulado, como é o caso da Bolsa, será movido a leilões, sempre que surgirem vendedores interessados. Uma idéia é somar pequenos projetos em lotes maiores, suficientes para atrair compradores e capazes de cobrir os custos fixos da operação, que muitas vezes inviabilizam a geração dos créditos de carbono. Demanda na ponta compradora, como se pode verificar, não falta. — *por Denise Juliani*



DO LIXO À CARTEIRA: Créditos de carbono têm poder transformador

## SUSTENTABILIDADE

## DÁ IBOPE, MAS O QUE É MESMO?

As empresas adoram falar de desenvolvimento sustentável, as agências de publicidade também. Mas do que estão falando mesmo? Uma pesquisa realizada pelo Ibope mostrou que o termo virou a bola da vez, embora o conceito esteja bem pouco claro na cabeça das pessoas. “Cada um interpreta de acordo com a sua conveniência”, afirma Ricardo Young, presidente do Instituto Ethos, ao comentar os resultados da pesquisa. “Ao mesmo tempo que o termo se banaliza, os gestores entendem mal o conceito e os cidadãos, menos ainda. Enquanto isso, a publicidade trata o tema como se fosse apenas uma questão social ou ambiental, com visão isolada e fragmentada.”

No estudo, foram ouvidos 500 executivos, dos quais dois terços pertencentes ao *top management*, e cidadãos acima de 16 anos das classes sociais A, B e C. Para a maioria dos executivos (entre 58% e 59%) sustentabilidade é praticar ações sociais e preservar o meio ambiente. Apenas 33% entendem como uma

questão estratégica, com foco em resultados e sinergia com o negócio. Para a maioria dos cidadãos ouvidos na pesquisa, sustentabilidade empresarial significa “desenvolvimento de produtos”.

Segundo Young, há no Brasil uma apropriação irresponsável desse conjunto de práticas e valores estruturantes, assim como ocorre em relação a responsabilidade social e ética. Em sua opinião, o conceito mais claro e impecável de sustentabilidade foi o cunhado pela Comissão Brundtland, em 1987: “Atender às necessidades das gerações atuais sem comprometer as das gerações futuras”.

A pesquisa ainda identificou que esta não consta entre as maiores preocupações dos empresários. Entre os aspectos que podem afetar negativamente os negócios, os mais citados ficaram a cobrança de impostos, taxas e tributos, e o pagamento de encargos sociais. — *por Amália Safatle*

# A Amazônia que PESA NO BOLSO

...POR AMÁLIA SAFATLE

**PÁGINA 22:** Um erro comum quando se fala de Amazônia é tratá-la como região única, quando na verdade há diversas Amazônias. Quais são elas?

**ADALBERTO VERÍSSIMO:**

No mínimo, podemos dividir a Amazônia em quatro grandes regiões, considerando a Amazônia Legal, que é um conceito fiscal e político e engloba a Região Norte mais o Mato Grosso e o oeste do Maranhão. Falamos de uma área de mais

de 5 milhões de quilômetros quadrados, 59% do território nacional, 12% da população e 8% do PIB. A primeira região é a chamada Amazônia Não-Florestal, com mais de 1 milhão de quilômetros quadrados com cerrado, campos, campinaranas. Nos outros 4 milhões, originalmente temos floresta. Já perdemos parte dela, que é o que chamamos de Amazônia Desmatada ou Arco do Desmatamento, resultado de três décadas de ocupação. Pega todo o Leste e Sul do Pará, o Norte de Mato Grosso, e uma parte que acompanha a BR-364, ligando Cuiabá ao Acre, com alguns picos também ao longo da Transamazônica. Nessa área houve produção de madeira, e agora tem basicamente pecuária, além de muita área degradada. A terceira Amazônia é a Sob Pressão, que tem floresta, mas sendo perdida rapidamente. Está na região do Acre e ao longo da Transamazônica. Municípios como Novo Progresso, São Félix do Xingu, Altamira são típicos dessa zona, com taxas de desmatamento elevadas e uma corrida pela indústria madeireira predatória, associada à pecuária. Também tem muita grilagem de terra, e aí é onde está a maior

A última grande floresta vive a representação máxima da insustentabilidade. Na economia de ganhos rápidos e ciclos curtos, a mata dá lugar a atividades predatórias, que deixam para trás pobreza, destruição e municípios falidos – uma conta para os cofres públicos e o contribuinte pagarem. Descrita pelo estudioso Adalberto Veríssimo como “boom-colapso”, essa onda de ocupação só será detida com o fortalecimento de alternativas econômicas para exploração e de estratégias públicas vigorosas. Em estudos recém-divulgados, o pesquisador sênior do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) aponta os prejuízos do boom-colapso e pretende chamar a atenção de mais setores do governo, como o Ministério da Fazenda.

de áreas tem bastante consistência quando vemos os indicadores sociais e econômicos.

**22: O que é o boom-colapso? Esse fenômeno acontece na Amazônia Desmatada e na Sob Pressão?**

**AV:** A curto prazo, numa região pobre como a Amazônia, o desmatamento cria uma riqueza efêmera, mas não trivial. Traz oportunidades de enriquecimento para quem chega aqui sem muito capital. A Amazônia, até o começo dos anos 60, não estava conectada com o resto do Brasil, do ponto de vista econômico. E aí o governo, primeiro o Juscelino (Kubitschek), depois os militares, falou em integrá-la. Investiram em obras de infra-estrutura que deram em todos aqueles problemas que conhecemos. Mas o governo, nos anos 80, época do (João) Figueiredo, e já no início do mandato José Sarney, fez uma diminuição muito brusca de investimentos. Imaginamos que, como o governo não estava mais promovendo o desmatamento, ele diminuiria. No entanto, continuou.

parte dos conflitos. Anapu, onde a Irmã Dorothy foi assassinada, é um município da zona Sob Pressão. O problema maior da Amazônia Desmatada são as queimadas. O desmatamento caiu, mas as queimadas aumentaram, porque não se queima só para desmatar, mas para limpar áreas. E, finalmente, há uma Amazônia em bom grau de intocabilidade, nas regiões mais remotas, no Norte do Pará, em quase 80% do Amazonas, no Amapá, em parte do Acre e em algumas partes de Roraima. Essa separação



FOTO: LAINE BAYMA

**22: A ausência do governo passou a ser uma causa?**

**AV:** O governo, nos anos 70 e em metade dos 80, apostava na pecuarização da Amazônia, na agricultura, isso era bem explícito na política “crédito para desmatar”. Mas mudou de idéia nos anos 80, porque o desmatamento cresceu muito, e já não havia mais caixa para financiar essa aventura na Amazônia. Nesse período, um recurso fundamental começou a subsidiar o desmatamento: a madeira. Até os anos 70, a produção de madeira no Brasil vinha do Paraná, Santa Catarina, Espírito Santo e Sul da Bahia. Nos anos 80, por exaustão das florestas nessa região de araucária e na Mata Atlântica, a indústria madeireira migrou para cá, e encontrou grandes estoques de floresta de graça, pois eram terras devolutas. As empresas apropriaram-se desse recurso, ganharam muito dinheiro, e isso subsidiou a ocupação. Elas abriram estradas e cidades e se associaram à indústria da pecuária. Na ausência do governo, o setor privado madeireiro e pecuarista impulsionou o desmatamento de lá para cá, quando se associou à indústria da soja. O *boom*-colapso nasce daí, de uma grande oferta de recursos naturais mais ou menos livres para quem chegar. Um município típico da Amazônia, que tem pelo menos o tamanho de Sergipe, ou seja, 2 a 3 milhões de hectares, vive um ciclo de uns 15 anos, com a chegada das primeiras madeiras. Elas começam a derrubar aquelas florestas e depois a queimar para fazer pecuária. Com o tempo, essa área começa a ficar degradada. Por isso há tanta área abandonada na Amazônia. O *boom* acontece no momento em que se extrai a madeira, gerando muito emprego e renda, embora seja concentrada. Os pecuaristas em seguida vêm e aproveitam a fertilidade do solo, que dura três ou quatro anos. Aí entramos na fase do colapso, não há mais a madeira para movimentar a economia, e a pecuária que ficou para trás é, em geral, de baixa qualidade tecnológica. Aquilo que no auge foi ótimo, só traz municípios falidos, e essa onda vai para uma nova fronteira e começa tudo de novo.

**22: É a representação maior da insustentabilidade.**

**AV:** Pois é. O que fica para trás são as terras indígenas, que não se conseguiu desmatar, as unidades de conservação, e uma ou outra propriedade de um cara visionário. Basicamente, o que o governo resolveu proteger. No governo FHC, principalmente no segundo mandato, houve um endurecimento contra o desmatamento na Amazônia. E no governo Lula isso se intensificou. São as contradições do atual governo: de um lado, quer reduzir o desmatamento, e, de outro, fazer assentamento da reforma agrária, o que aumenta o desmatamento. Mas, do governo Collor para cá, nenhum passou a defender desmatamento. Também os governos estaduais começaram a mudar. O *boom*-colapso existe, é muito lucrativo, e precisa haver políticas públicas muito

consistentes para enfrentar essa tendência de ocupação, que virou um vício.

**22: Suas pesquisas mostram o empobrecimento nas regiões exploradas quando chegam ao colapso. Isso sensibiliza o governo, influencia algum tipo de política para quebrar esse vício?**

**AV:** O trabalho é muito recente, mas acho que reforça o argumento dos ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, que têm sido os mais interessados em outro modelo de desenvolvimento para a região – contrapondo-se, por exemplo, ao Ministério de Desenvolvimento Agrário, que ainda insiste no modelo dos assentamentos, que contribui para o *boom*-colapso. O maior prejuízo que o *boom*-colapso traz é para os cofres públicos e para o contribuinte brasileiro. Quem vai manter essas cidades falidas em pé somos nós. Tudo por causa de alguns indivíduos privados, que participaram desse processo, lucraram e se enriqueceram. O Ministério Público também é muito preocupado, porque está administrando os conflitos que ficam para trás. O Ministério da Fazenda deveria olhar com bastante atenção esses resultados, já que está preocupado com a saúde fiscal do País. Um país que queima seus recursos naturais e deixa para trás uma herança de pobreza é o pior dos mundos, além de ser responsabilizado mundialmente pela emissão de CO<sub>2</sub>, da qual já é o quarto maior responsável. O relatório empodera aqueles que defendem uma política de “chega de desmatamento”. Já temos áreas demais desmatadas, suficientes para abrigar toda a produção agrícola que queiramos ter na Amazônia. Os formuladores de políticas públicas num âmbito federal, os ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional evoluíram muito. As pessoas sabem que o preço do desmatamento é terrível para os dois lados, ou pelo menos têm uma intuição disso, e agora esses números dão para eles o fundamento que eventualmente não possuíam.

**22: Quando o senhor diz “chega de desmatamento”, como é que se faz?**

**AV:** É importante agora que não se legitime o desmatamento pelo social. “Temos muitos pobres, e os pobres não têm terra”, e por isso assentar, botar gente dentro da floresta. É a reprodução do *boom*-colapso: essas comunidades, no meio da floresta, vão tirar madeira, vender para os madeireiros, fazer roçado e, depois, abandonar. Querem resolver o passivo social às custas da floresta é muito tentador para alguns políticos e segmentos do governo. Sai bem na foto. Usa um recurso do Tesouro para financiar uma coisa que não é sustentável do ponto de vista econômico, é desastrosa do ponto de vista ambiental, e insustentável do ponto de vista social, porque essas famílias acabam se envolvendo numa verdadeira indústria de fornecimento ilegal de madeira. O Estado brasileiro

está pouco presente no território, com muita dificuldade de fazer valer a lei, mas tem criado unidades de conservação e formulado políticas importantes, como a Lei de Gestão de Florestas Públicas, que procuram manter o patrimônio florestal da Amazônia na mão do poder público, evitando que seja privatizado e entre na onda do boom-colapso, senão a conta vai ficar impagável. Cada município novo que surge desse boom-colapso é mais um que tem que manter, colocar polícia, saúde, educação. O município está muito interessado nesse modelo, porque naquele momento o prefeito de plantão está ganhando bem. Mas não é um bom negócio para o estado e a União.

**22: Por que hoje a Amazônia tem atraído tantos investimentos e projetos de investimento?**

**AV:** Há de fato um aquecimento. O que a Amazônia tem de valor no mercado mundial? Os preços das commodities minerais tiveram aumento expressivo, por causa do crescimento da economia mundial. Assistimos a investimentos da Alcoa, da Vale e de outras mineradoras, como a Rio Tinto. Tem o gás de Urucu, no Amazonas. Depois, na Amazônia de cerrado, há um avanço do agronegócio, do algodão, e basicamente, da soja.

**22: Por que lá é a última grande fronteira?**

**AV:** É, com terras baratas. No caso de Mato Grosso isso aconteceu com muita força com a soja. A pecuária da Amazônia hoje cresce a uma taxa expressiva, mais que toda a pecuária do Brasil. Já temos quase 80 milhões de cabeças. Para cada pessoa que mora na Amazônia, tem pelo menos quatro cabeças de gado. É uma pecuária que abastece o mercado nacional. E, com partes das áreas livres de aftosa, permitirá que a Amazônia seja exportadora. Aham que os biocombustíveis aumentarão o desmatamento, ou vão empurrar a pecuária para a floresta. Não li nada até agora muito consistente, tem muita especulação. Mas é verdade que é possível produzir cana-de-açúcar na Amazônia. Tem experiências de produção aqui no Pará. Essa onda tem chance de se expandir para cá. Tem a madeira, o valor internacional da madeira é expressivo. O Brasil hoje é o segundo maior produtor de madeira tropical do mundo por causa da Amazônia.

**22: E ainda tem as hidrelétricas.**

**AV:** Exatamente. Além disso é fornecedora de energia elétrica, e que vai se ampliar. Onde está o potencial hidrelétrico do Brasil? Está aqui. No Rio Madeira, no Rio Xingu, e em outros rios com potenciais menores. A Amazônia tem uma inserção forte na economia mundial, por conta das commodities que mencionamos, mas isso não é necessariamente ruim para a Amazônia.

**22: Isso pode ser sustentável?**

**AV:** As mineradoras são as grandes jogadoras nessa história, e também têm vidraça. Vão ser monitoradas, vigiadas, cobradas para que tenham uma atitude mais responsável pelos seus investimentos. Depois de todos os embates que houve, a indústria da soja procurou — pelo menos a indústria de óleos vegetais — um diálogo para atender às exigências. O pessoal da pecuária, que é mais tecnicado e preocupado com a legalidade, sabendo que não vamos exportar carne para a União Europeia se estiver associada ao desmatamento ilegal e trabalho escravo, quer sentar na mesa e saber como é que pode produzir sem avançar sobre novas áreas. A madeira é a mesma coisa, o que importa hoje é ter certificação, selo verde. As hidrelétricas têm todo um passado que levou ao desmatamento, trouxe uma onda de migração que gerou todas essas mazelas de Tucuruí. É verdade, mas não quer dizer que tudo isso vai acontecer de novo. Em que condições poderia ter uma hidrelétrica na Amazônia? Usando tecnologia, fazendo uma política de ordenamento dessa ocupação, criando as áreas protegidas (leia reportagem à pág. 28). O capital, o mercado, não são necessariamente os algozes da Amazônia, desde que tenhamos condição de negociar. Com quem não dá para negociar? Com máfia, com grileiro, com quem opera na ilegalidade. São ameaças que resistem, até mesmo contra os empresários que querem fazer coisas sérias. Os da indústria madeireira que trabalham com selo verde são vítimas de madeireiras ilegais que invadem suas áreas, colocam pequenos produtores como escudos para aumentar o custo político de tirar essas pessoas dessas áreas.

**22: Quão viáveis são as novas formas de exploração sustentável?**

**AV:** A indústria madeireira que é certificada, hoje, cresce

# O setor financeiro será muito **cobrado para não emprestar** a quem desmata, em especial os bancos públicos

muito na Amazônia. Todas as empresas certificadas começaram pequenas, têm uma margem de lucro muito boa, exportam para mercados internacionais que são exigentes. Não há dúvida de que a madeira manejada é lucrativa.

**22: Mas 90% da madeira extraída, hoje, é ilegal. Um mercado gigante versus esse mercado pequeno.**

**AV:** Só não tem mais madeira manejada porque não há áreas legalizadas, concessionadas. Lógico que antes tem de haver todo um pré-investimento, entrar na floresta, fazer inventário, o governo tem de fazer a consulta. Isso leva dois anos. A pecuária tecnicada, que não avança com o desmatamento, também é competitiva. Esse setor já está querendo expandir. Com a área livre de aftosa na Amazônia, provavelmente serão ainda mais competitivos. Há muito mais pecuaristas tecnicados e modernizados do que madeireiros. Até porque o pecuarista está encontrando menos dificuldades para fazer isso. O madeireiro depende da implementação da Lei de Florestas. Quanto à mineração, a Vale do Rio Doce tem um impacto no território muito grande, toda a região do Carajás, todo o corredor até São Luís. Inevitavelmente, a conta vai para cima dela. Agora que é uma empresa globalizada, terá de assumir sua responsabilidade socioambiental nessa região. Ela é o grande ator, foi a ação dela que catalisou boa parte dos problemas que há nessa região. Mesmo que diga que não foi, indiretamente a presença da Vale atraiu uma onda de migrantes etc. O mesmo serve para essas outras empresas. Elas poderiam dizer: “Olha, isso é obrigação do governo”. Mas isso não funciona, porque, nessas regiões, se elas não estivessem presentes, os problemas não aconteceriam. Elas têm cacife e capital para assumir uma agenda mais ambiental, ou ajudar para aumentar as unidades de conservação que ficam em torno dos seus empreendimentos, acompanhando um desenvolvimento genuíno dos municípios de sua influência, criando capacidade local, investindo em treinamento, em formação de recursos humanos, em oportunidades de negócios. É o que a Alcoa está tentando fazer em Juruti.

**22: A Vale fornece ferro para guseiras que usam madeira ilegal. Ao romper o fornecimento, ela trará uma grande contribuição na luta contra o desmatamento?**

**AV:** A história é bem mais complicada. Essa cadeia produtiva de ferro-gusa veio para cá também com o incentivo do governo do Estado, porque gera emprego. Ela gerou uma cadeia de pessoas que dependem disso, que é muito expressiva. O corte no fornecimento do minério de ferro para a fabricação de ferro-gusa pode gerar um colapso momentâneo de toda uma cadeia produtiva, que vai ficar sem oportunidade. Do ponto de vista ambiental é muito desejável. Se a Vale não fizer nada, a conta vai para cima dela, porque será responsabilizada por omissão ambiental. Se ela corta, gera uma crise social, porque essa cadeia de ferro-gusa emprega muita gente. Terá de fazer as duas coisas, e seu desafio é muito grande. (leia mais em reportagem à pág. 20). A Alcoa tem tudo para aprender com os erros da Vale. Já estreou com algumas dificuldades, o que é natural. As empresas grandes, na Amazônia, sofrem muito. A Vale se instalou na época dos militares, quando as coisas eram feitas numa canetada. Agora não, tem que fazer audiência pública, ter EIA-RIMA, negociar com a comunidade. Acho que a Alcoa tem pelo menos o mérito do ponto de vista do discurso. Não sei como, na prática, isso vai acontecer. Já se aproximou da Fundação Getúlio Vargas, tem aberto um diálogo com as organizações não governamentais, está dialogando com o governo do Estado para ter uma inserção positiva na região de Juruti — que já acumula alguns problemas, mas numa escala ainda razoável que pode ser enfrentada. A Alcoa é um experimento que pode gerar mais benefícios do que problemas. Não há dúvidas de que teremos perdas, com desmatamento onde não havia antes. Mas espero que seja numa escala necessária, não mais que isso.

**22: E o papel do setor financeiro? Há empréstimos concedidos sem restrições, por exemplo, para a pecuária predatória.**

**AV:** Isso é verdade. O FNO, que é o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, é administrado pelo Banco da Amazônia, o Basa. Parte desse Imposto de Renda de todos nós financia o desenvolvimento do Centro-Oeste, do Norte e do Nordeste. Esse recurso é subsidiado, um juro barato que vai financiar o primeiro empreendimento nessas regiões. Boa parte desse dinheiro, que no ano passado foi quase R\$ 1,5 bilhão, vai para a atividade rural e para a pecuária.

É importante agora não legitimar o **desmatamento pelo social**, e por isso assentar gente na floresta

**22: Ou seja, sai do nosso Imposto de Renda para financiar o desmatamento?**

**AV:** É. O Basa não empresta para quem está na lista suja do Ministério do Trabalho e Emprego. Isso é um avanço. Eles têm uma percepção de que não dá mais para continuar emprestando dinheiro para quem estiver desmatando, mas não têm capacidade de rastrear o impacto do seu recurso. O ABN tem tido uma postura positiva de rastrear mais e estabelecer critérios. Financia apenas as madeireiras certificadas, mas a participação na Amazônia é pequena, não é como o Basa. Em uma página do Imazon chamada ImazonGeo, você pode saber os municípios que foram mais desmatados em julho de 2007, e gerar o mapa. Quer empréstimo? Traga o mapa da sua propriedade. A idéia é que se pudesse fazer uma consulta sobre inadimplência ambiental como se faz ao Serasa. O setor financeiro será muito cobrado para não emprestar a quem desmata, especialmente os bancos públicos, como o Basa, o Banco do Brasil e o BNDES. Que tem um presidente agora sensível a isso, o Luciano Coutinho. O ideal seria que o BNDES estivesse puxando isso, porque é indutor do desenvolvimento, com um orçamento muito robusto. Tem o Banco Mundial voltando a emprestar recursos para os estados, o que condiciona uma série de medidas de modernização do aparelho, criação de áreas protegidas etc. Tem também a International Finance Corporation, órgão do Banco Mundial, que financiou o Frigorífico Bertin. Ao fazer esse empréstimo, exigiu muito mais do grupo do que o Basa exige dos pecuaristas, que o frigorífico tivesse uma política de compra com respeito à reserva legal etc.

**22: De 1990 para cá, quando o Imazon foi criado, o senhor identifica avanços significativos em termos de sustentabilidade na região?**

**AV:** Apesar de a Amazônia ser periferia em muitas coisas, do ponto de vista de geração de conhecimento estratégico ela não é. Isso permitiu, por exemplo, que todas as informações e os dados que dei nessa entrevista tenham evidências, números e estudos como base e que a formulação das políticas públicas seja melhor. A Amazônia tem também um capital social crescente de organizações ativas e eficientes na defesa de seus interesses, de conservação, respeito aos povos tradicionais etc. Isso gerou a conquista de políticas importantes, desde a homologação de grandes áreas indígenas até a criação de áreas protegidas. Em 1990, 11% da Amazônia estava protegida. Hoje temos 40%. Madeira, nos anos 90, era toda predatória, hoje temos uma porção importante e crescente de madeira produzida de forma planejada. A pecuária era só problema, agora uma parcela se moderniza, e passa a ser parte da solução. Há boas notícias.

**22: Mas as ações estão no ritmo necessário?**

**AV:** Correspondem a uma parte do que esperamos. Os avanços mais importantes são de 2000 para cá. Este ano a expectativa de desmatamento é de que seja em torno de 1 milhão de hectares. É muito alto, mas está caindo.

**22: Há pesquisas mostrando cenários bem graves para a Amazônia só por conta do aquecimento global. Se o desmatamento deixar de acontecer e a exploração se tornar sustentável, a ameaça climática não invalidaria tudo isso?**

**AV:** Alguns modelos falam em savanização da Amazônia, outros, na possibilidade de aumentar a quantidade de chuvas. Agora, a Amazônia pode ser um fator extremamente perturbador de mudança climática. Ela estoca de 150 a 200 toneladas de carbono por hectare. Com todas as Amazônias dos outros países, temos 550 milhões de hectares. Vêzes 150 toneladas. Já estamos tão encrocados com as queimadas, que a nossa situação vai ficar encrocadíssima. Vamos dar a contribuição para o planeta, mantendo esse estoque de carbono, que não é só carbono, é água, é biodiversidade...

**22: Para isso, é preciso ter mercado, não é?**

**AV:** É. Não conseguimos ser remunerados pelo carbono que estamos armazenando nem pelos serviços ambientais. Mal somos remunerados pela energia que geramos nas hidrelétricas. Somente por aquelas commodities que acabamos de falar. Quando olhamos a Amazônia, é preciso separar a que está passivamente protegida, porque está longe do mercado e das estradas. Não é toda a Amazônia que será remunerada pelo serviço ambiental que presta, mas os municípios pobres vão ser capturados pelo boom-colapso se não for colocada outra fonte de renda capaz de valorizar a floresta. Para isso é preciso ter política de crédito e de governo forte. O proprietário da Amazônia tem direito a desmatar 20% da sua terra. Para zerarmos o desmatamento, a pessoa tem de receber por esses 20% que optou por não desmatar. Alguém precisa pagar a conta. Isso parte de medidas do governo para reestruturar as áreas degradadas, parte dos investidores, que vão apostar numa mudança de padrão tecnológico para ter uma lucratividade maior lá na frente, e parte do mercado de serviços, pagando para assegurar esses estoques de carbono.

**22: Qual é a razão para ter caído o ritmo de desmatamento nos últimos anos?**

**AV:** No Pará, o papel do governo foi maior; em Mato Grosso, foi a economia. Isso nas regiões campeãs em desmatamento, os dois estados juntos, com quase 80%. Estamos começando a entender as causas do desmatamento. Algumas são puramente especulativas, para se apropriar daquele patrimônio fundiário e ganhar dinheiro daqui a cinco, dez anos. A única maneira de enfrentar isso é com políticas públicas. ■

# Resgate na SELVA

UMA DAS ÚLTIMAS GRANDES FRONTEIRAS A SE EXPLORAR NO PLANETA, A AMAZÔNIA VIVE UM BOOM DE INVESTIMENTOS. O CAPITAL QUE HISTORICAMENTE A DEVORA PODE SER UM EFICAZ INSTRUMENTO PARA MANTÊ-LA VIVA

✦✦✦ POR AMÁLIA SAFATLE

“Quer proteger a Amazônia? Coma a floresta três vezes ao dia. Mas coma a floresta certa.” A receita é de João Meirelles, diretor do Instituto Peabiru, em Belém, e autor do *Livro de Ouro da Amazônia*, objeto de resenha do professor Ignacy Sachs à página 32. O militante de organização não governamental que freqüentou salas de aula de Economia indica que a salvação da maior floresta tropical do mundo vai além das cercas que tentam protegê-la: o capital que a devora pode ser um eficaz instrumento para mantê-la viva.

Uma das últimas grandes fronteiras a se explorar no planeta, a Amazônia vive um *boom* de investimentos. “O que se investiu nos últimos 500 anos na região equivale ao que está projetado para os

próximos 10”, resume Meirelles. Nessa conta, entram atividades agrícolas, geração de energia hidrelétrica e mineração, que historicamente causaram grandes impactos socioambientais. Com os aportes previstos para as usinas no Rio Madeira, abre-se uma discussão de quão sustentável pode ser a exploração econômica na Amazônia (*leia reportagem sobre os impactos das usinas à pág. 28*).

Ao mesmo tempo, a retirada predatória de madeira, que abre espaço para a agropecuária feita de forma insustentável, produz um rastro de municípios falidos e perpetua a pobreza na região, como descreve o pesquisador sênior do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), Adalberto Veríssimo, em entrevista nesta edição.

Diante de uma sociedade global mais vigilante, os novos empreendimentos terão de cumprir exigências crescentes para minimizar seus efeitos negativos e ampliar seus benefícios socioambientais (*quadro à pág. 22*). Mas a transformação que se espera para a Amazônia vai além disso: tomar-se um terreno fértil a uma nova economia baseada não mais na derrubada da floresta, mas no uso dela para se obter renda com base na produção de alimentos, cosméticos, medicamentos, madeira, borracha e também no próprio serviço ambiental que presta por meio da estocagem de carbono e de água (*quadro à pág. 24*).

O grosso dos investimentos projetados, entretanto, dirige-se às velhas modalidades de exploração econômica. “Quase metade do volume de exportações da Amazônia Legal vem de minério de

ferro, manganês, caulim, alumínio. O setor mineral é quem está no comando econômico da região”, afirma Alfredo Homma, pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) - Amazônia Oriental.

As atividades mineradoras podem trazer benefícios sociais e ambientais à Amazônia — desde que praticadas com respeito aos princípios da sustentabilidade. Como mostram estudos de Veríssimo, são capazes de evitar o colapso econômico de municípios ao estabelecer uma economia mais diversificada e competitiva, em alternativa à exploração predatória de madeira.

Entretanto, as poucas diversificações econômicas estão longe de fazer jus à megadiversidade biológica, social e cultural da Amazônia.

FOG TROPICAL. Enquanto a mata vira fumaça, florescem formas alternativas de exploração

## REDES DE DISTRIBUIÇÃO CONTRIBUÍRIAM MUITO SE COLOCASSEM EM SUA PRATELEIRAS ALIMENTOS DA FLORESTA PRODUZIDOS DE FORMA SUSTENTÁVEL

O que se produz de alimentos, por exemplo, nem mesmo pertence à biodiversidade local: é coco, dendê, abacaxi, boi, soja. “O açaí, a castanha e a madeira obtidas a partir de manejo são produtos locais que protegem a mata, porque dependem dela, mas ainda representam uma pequena parte da produção. Só 10% da madeira extraída na Amazônia é manejada”, diz Meirelles.

### MACARRÃO E KI-SUCO

Sem variedade de alternativas, a floresta majoritariamente cede lugar a produtos commoditizados e frutos de monoculturas. O ambientalista aponta como a primeira grande razão para o *boom* de investimentos na região o aumento do consumo mundial de carne, metais e água — esta última embutida na produção de boi e soja. Segundo ele, de cada 3 quilos de carne bovina consumida no Brasil, 1 quilo é da Amazônia. Em 50 anos, a “população bovina” na região passou de 1 milhão para quase 80 milhões de cabeças. Ao mesmo tempo, as guseiras — fábricas de ferro-gusa, matéria-prima do aço — utilizam madeira de

desmatamento ilegal para seus fornos. Estima-se que 800 mil hectares de floresta densa tenham sido desmatados ilegalmente para exportação de ferro-gusa até 2005. E um terço da produção nacional de soja espalha-se pela Amazônia Legal, em Mato Grosso, Tocantins e Maranhão.

No outro lado da moeda, o consumo variado de produtos da agrofloresta ajudaria a mantê-la, na forma, por exemplo, de polpa de frutas, de castanha, de mel, de açaí. “Se as escolas e as cantinas das empresas na Amazônia usassem esses produtos, já movimentaria bastante essa economia alternativa. Mas a merenda das crianças é macarrão e Ki-suco, comprados em São Paulo”, diz Meirelles. Além disso, acrescenta ele, grandes redes de distribuição nacionais contribuiriam muito se colocassem em suas prateleiras alimentos de origem amazônica produzidos de forma sustentável e evitassem fornecedores de carne oriunda de áreas de desmatamento ilegal.

### BOI DA CARA PRETA

A reportagem procurou as duas maiores redes de distribuição do País e perguntou se têm alguma política para compra de produtos da Amazônia. Por meio de sua assessoria de imprensa, o Pão de Açúcar informou que não responderia e sugeriu que se ouvisse as associações paulista e brasileira de supermercados, Apas e Abras. Também por meio de sua assessoria, o Carrefour informou que vendeu a fazenda onde criava gado na Amazônia e não soube dizer de onde vem a carne que comercializa.

Os consumidores e distribuidores podem puxar essa nova economia da Amazônia, como defende Meirelles, mas de nada adianta se não houver uma produção que atenda regularmente à demanda. Para Homma, da Embrapa, os investimentos em produtos da biodiversidade amazônica propagandeados por empresas não correspondem à necessidade e a região vive uma grande defasagem de infra-estrutura, educação, ciência e tecnologia (*reportagem à pág. 48*). O que, por sua vez, desencoraja investimentos.

Recentemente, o Museu Paraense Emílio Goeldi divulgou uma lista com nada menos que 2.150 espécies florestais não madeireiras com algum tipo de uso econômico, incluindo plantas aromáticas, medicinais, alimentícias, fibrosas e oleaginosas. “Temos a maior floresta do mundo, que representa 59% do território nacional e é supostamente considerada o ouro verde do futuro, mas sua biodiversidade contribui em menos de 1% para

IDENTIFICARAM-SE mais de 2 mil espécies com uso econômico. Mas a madeira ainda é o carro-chefe da economia florestal certificada

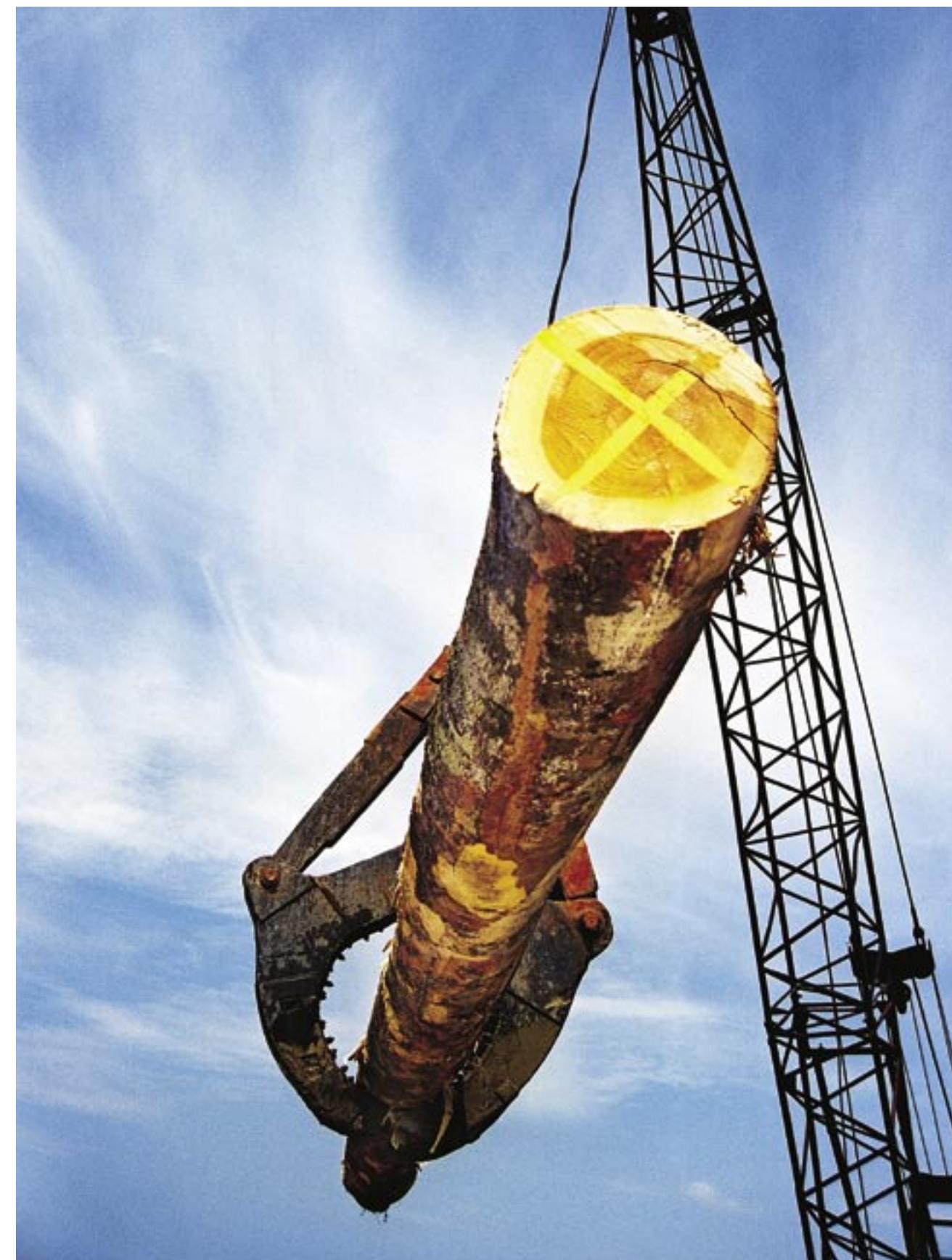
## IMAGEM A LAPIDAR

### ROGER AGNELLI: AMAZÔNIA COMO PONTO SENSÍVEL

Prestes a tornar-se a maior empresa brasileira em valor de mercado, a Vale do Rio Doce é centro das atenções dentro e fora da Amazônia. Atento à imagem socioambiental, Roger Agnelli, presidente da empresa, afirma que a Vale passou por um período evolutivo nos últimos anos: “Ela atua na Amazônia, que é uma região observada pelo mundo inteiro como um ponto sensível e preocupante. Se em algum momento a companhia não respeitar o meio ambiente e isso se tornar público, as ações podem cair e haver um déficit comercial. É uma questão estratégica”.

Segundo sua assessoria de imprensa, mesmo extraíndo quase 1 bilhão de toneladas de minério de ferro desde o início das operações na região, em 1984, a empresa, em parceria com o Ibama, preserva 1,2 milhão de hectares de floresta em cinco Unidades de Conservação no Sudeste do Pará. E já recuperou 350 hectares de áreas mineradas — ou 291 vezes a área do Maracanã.

A empresa, entretanto, é a principal fornecedora de minério para a produção de ferro-gusa, que em grande parte utiliza madeira de desmatamento ilegal. A Vale diz que decidiu suspender o fornecimento de minério, depois de apontadas irregularidades pelo Ibama e pelo Ministério do Trabalho. Mas não consegue suspendê-lo sem uma acusação formal de violações trabalhistas e ambientais, sob pena de ser acionada na Justiça, pois mantém contratos juridicamente estabelecidos.



## SEM REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, INFRA-ESTRUTURA E UM ZONEAMENTO ECONÔMICO-ECOLÓGICO, O EMPRESÁRIO PREFERE INVESTIR EM SÃO PAULO

o PIB”, afirmou Charles Roland Clement, pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), durante a 59ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em Belém.

### SURFISTAS PEGAM A ONDA

Com valor econômico tão baixo, não é de espantar que a floresta caia por terra. Há, contudo, quem veja valor nela e consiga extraí-lo. O açai disseminou-se pelo mercado consumidor do Sudeste, mas quem agregou valor a ele e conquistou maiores mercados mora longe da Amazônia. Foram dois surfistas americanos que investiram na criação de um inteligente sistema de coleta e pré-industrialização do fruto, o *purple berry*, e fundaram a empresa com nome de explícita referência ao Brasil e forte apelo comercial no exterior: Sambazon.

“Tirando Natura, Boticário e outras poucas, não há



empresas brasileiras fazendo coisas desse tipo”, diz Roberto Waack, sócio-diretor da Amata, empresa que trabalha com madeira certificada. Devido à distância e à rápida degradação facilitada pelo clima tropical, os produtos amazônicos são extremamente perecíveis. As castanhas ficam com fungo, o açai apodrece, as essências evaporam. Daí a necessidade de aplicar tecnologia para subir alguns degraus além do extrativismo puro e simples e alçar vãos mais altos. “Mas falta empreendedorismo”, afirma.

Assim, a madeira certificada tomou-se o carro-chefe da economia florestal, enquanto os produtos não madeiros não decolam. “A indústria brasileira de química fina é muito rudimentar e, com isso, o País não consegue pré-industrializar esses produtos naturais”, explica Waack. Falta até mesmo informação sobre coleta em escala comercial. “Não se sabe ao certo o quanto retirar de óleo de uma árvore como a copaíba, de forma que não comprometa a planta. Não há histórico disso”, exemplifica.

De fato, os empresários brasileiros pouco se animam a enfrentar a aventura da floresta tropical, quando têm infra-estrutura e mercado consumidor à disposição num só lugar, no eixo Centro-Sul do País. “A região não conta com uma razoável infra-estrutura rodoviária, ferroviária, portuária. Exportar um contêiner de Belém custa duas vezes mais que do Porto de Santos. Nós só estamos atuando na região (*no Pará*) porque fomos antes, há 25 anos, quando o governo concedia incentivos fiscais para derrubar a mata e se implantar”, conta Marcello Brito,

diretor-comercial da Agropalma, empresa que possui 34 mil hectares em plantações de palma e mais 72 mil hectares de reserva legal.

Quando começou a acessar o mercado internacional, em 1995, e crescia lá fora a conscientização ambiental, a Agropalma teve de se redescobrir. A partir daí buscou uma produção sustentável na região, usando o plantio das palmeiras para recuperar áreas degradadas. A palma, de onde se extrai o azeite-de-dendê, é uma cultura perene com ciclo de 25 a 30 anos, que produz o ano inteiro, gera empregos e tem uma produtividade bem superior à da soja e até à da canola. O azeite serve às indústrias alimentícia, oleoquímica, cosmética e também como biocombustível. “Não é uma opção para substituir a floresta porque não recompõe a biodiversidade, e sim para recuperar áreas desmatadas”, explica o diretor.

E essas áreas não faltam. Segundo Veríssimo, do Imazon, já se desmatou na Amazônia o equivalente aos territórios de Minas, São Paulo, Alagoas e Sergipe. Metade disso está abandonada ou subaproveitada. Brito, entretanto, critica o ambiente institucional para os negócios:

“A Amazônia é tratada com tanto respeito pelo governo brasileiro que sua ocupação é regida por uma medida provisória de 1999, que estabeleceu a reserva legal de 80%”, ironiza. Com isso, diz ele, se o empresário adquire uma área 100% degradada, tem de bancar do bolso o reflorestamento de 80%. “Qual atividade econômica será viável assim? É preciso uma regularização fundiária

COMIDA É PASTO. Especialistas defendem a atividade agropecuária ordenada nas áreas já desmatadas

e um modelo de zoneamento econômico-ecológico, senão o empresário vai preferir investir em São Paulo mesmo. “O custo de recuperação de áreas degradadas na Amazônia é ainda mais alto que em outras regiões. Segundo Homma, da Embrapa, a tonelada do calcário, por exemplo, custa dez vezes mais que em São Paulo. “Na Amazônia, a recuperação custa de R\$ 800 a R\$ 850 por hectare. Ao mesmo tempo, com R\$ 300 a R\$ 400 e um palito de fósforo, desmata-se a mesma quantidade de área”, compara.

Um zoneamento ordenaria a ocupação e a exploração econômica sem causar mais devastação. “Já desflorestaram 17% da Amazônia, ou seja, estamos quase nos 20% que a lei de reserva legal permite desmatar na região”, diz Waack, da Amata, para quem a agricultura e a pecuária são parte da solução para estancar o desmatamento e gerar renda nas áreas já convertidas. “É preciso estabelecer uma economia agrícola na Amazônia”, defende.

### MERCADOS CRESCENTES

Veríssimo, do Imazon, também acredita que a pecuária feita de forma sustentável é uma boa alternativa de exploração, e para a qual há mercados crescentes. Para Homma, da Embrapa, o Brasil deveria também produzir nessas áreas a madeira de reflorestamento.

Mas para esse ordenamento são necessárias políticas públicas eficazes. “É falta ao governo uma visão estratégica para a Amazônia. Não tem um órgão com peso, estrutura, poder, uma coordenação de ministros. Sem isso teremos apenas iniciativas pontuais”, afirma Mary Allegretti, consultora independente que ocupava a secretaria de Coordenação da Amazônia no Ministério do Meio Ambiente até o início do governo Lula.

“Os estados hoje estão mais avançados que o governo federal, e o Acre e o Amazonas são exemplares. A soja determina a política de ocupação, mas a castanha e a borracha, não. Eu apostaria em mais ecoturismo para a região, mas faltam investimento público em infra-estrutura e uma política regional para pagamentos por serviços ambientais”, critica Mary. Segundo ela, estudos para implantação do ecoturismo foram financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, mas não foram aproveitados na atual gestão.

Ela também aponta a necessidade de haver maior ativismo da sociedade civil. “Cadê as ONGs? Foram todas para o governo e por isso ninguém mais quer criticar.”

Recentemente, Roberto Mangabeira Unger, da então

## A FLORESTA QUE RENDE NO AMAZONAS, MECANISMO PAGA QUEM CONSERVA

Das chuvas que caem no Sudeste, estima-se que 25% a 50% sejam oriundas da Amazônia. Quanto valem os serviços que a natureza presta e quem está disposto a pagar por eles? Ainda pouco difundido no Brasil, o pagamento por serviços ambientais é um dos caminhos para conservar a floresta, mas as iniciativas ainda são pontuais.

Uma delas, inédita no formato, é a Bolsa Floresta, que acaba de entrar em vigor com recursos — R\$ 20 mil, inicialmente — do Fundo Estadual de Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas. “É um contrato de remuneração entre o governo do estado e as populações que conservam as florestas”, explica Virgílio Viana, secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Em uma primeira etapa, serão remuneradas, à quantia de R\$ 50 mensais, 8.500 famílias residentes nas unidades de conservação estaduais. Na segunda fase, pretende-se incluir as comunidades indígenas. E, na terceira, chegar a 60 mil famílias que moram nas áreas de entorno das UCs, até 2010. “Hoje o caboclo que põe fogo na floresta tem renda média de 38 reais”, compara Viana. Além disso, cada comunidade receberá R\$ 4 mil anualmente para aplicar em manejo sustentável de floresta, em ecoturismo ou na criação de peixes. Com a iniciativa, o governo pretende negociar créditos de carbono no mercado voluntário e espera arrecadar US\$ 600 milhões até 2010.

Para tornar-se uma política perene e resistente às mudanças de gestão, Viana explica que o fundo é paritário, formado por governo e sociedade civil.

### CAPITALISMO ANTI-SELVAGEM

Uma missão de 100 empresários, a convite do governador do Amazonas, Eduardo Braga, deve se reunir em Manaus entre 5 e 7 de outubro. Segundo a Fiesp e o Instituto Arruda Botelho, organizadores do evento, o objetivo é atrair investimentos sustentáveis e assim combater a ilegalidade

## ROBERTO MANGABEIRA UNGER ATACA O "SIMPLISMO DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS" E DIZ QUE AS FLORESTAS SÃO ESTRATÉGICAS PARA QUALQUER PAÍS

Secretaria de Planejamento de Longo Prazo, mostrou preocupação com a conservação da Amazônia e atacou o "simplismo das políticas econômicas" para a região. Ao jornal *A Tribuna*, do Acre, afirmou: "Precisamos investir em projetos de zoneamento territorial. Temos de promover ações de médio e longo prazo, envolvendo agentes da sociedade para que a Amazônia passe a ser um assunto de interesse de todos". Mas a Medida Provisória que criou a secretaria não foi aprovada.

A reportagem o havia procurado, mas sua assessoria informou que ele não concederia entrevistas até se inteirar melhor do tema amazônico. Em reunião com o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), órgão do MMA que está implantando o sistema de concessões florestais em áreas públicas, o então ministro afirmou que as florestas são e sempre foram fator estratégico para qualquer planejamento econômico de uma nação. E agora se trata de uma área de inovação institucional, pois exige uma nova visão sobre direito de propriedade e uso sustentável.

Tanto Mary Allegretti como Homma avaliam que é preciso ir além da "política muito preservacionista" que ainda persiste no Brasil. "O País está dormindo, precisamos de um plano nacional de borracha, por exemplo", diz Homma. A borracha, que já chegou a representar mais de 90% das exportações brasileiras, e cuja exploração protege a floresta, hoje é importada do Sudeste Asiático para atender a três quartos da demanda nacional.

Mas uma ou outra iniciativa sobressai. Em Xapuri (AC), a abertura de uma fábrica de preservativos com incentivos fiscais da Superintendência da Zona Franca

de Manaus (Suframa) fará com que antigos seringueiros retomem a atividade. A fábrica deverá produzir 200 milhões de preservativos por ano, ampliando a oferta para distribuição na rede pública de saúde.

### EFEITO TAMPÃO

Segundo Oldemar Ianck, superintendente-adjunto de Projetos da Suframa, a fábrica é um dos 45 empreendimentos — entre os quais a produção de equipamentos eletrônicos e de motocicletas — que vão injetar US\$ 720 milhões na economia local e gerar cerca de mil empregos diretos nos próximos anos. Para Homma, a Zona Franca de Manaus exerce um "efeito tampão", ao movimentar uma economia alternativa à exploração predatória.

Para ir além da "política preservacionista", as concessões se apresentam como uma mudança de paradigma, na visão de Waack. Tanto por atuar como instrumento de regulamentação do uso da terra quanto na forma como esse uso será feito. A Floresta Nacional (Flona) do Jamari, em Rondônia, foi escolhida como a primeira região do País onde será permitida a concessão florestal.

O Plano de Outorga prevê que 1 milhão de hectares de florestas públicas (cerca de 0,5% do total) possam ser concedidos à iniciativa privada para manejo sustentável. As concessões serão feitas por meio de licitação pública, em que devem ser levados em conta o menor impacto ambiental, o respeito às normas trabalhistas e o direito das comunidades tradicionais. "Os critérios de seleção consideram mais a técnica e menos o preço. Isso é inédito na história da administração pública nacional", afirma Tasso Azevedo, diretor-geral do SFB.

Segundo ele, o contrato com a empresa vencedora da licitação deverá ser assinado em março de 2008. Dos 220 mil hectares da Flona do Jamari, 40% poderão ser objeto de concessão, e 60% são de uso comunitário, conservação, mineração ou apresentam características que, segundo a Lei de Gestão de Florestas Públicas, impedem a exploração por empresas. A fiscalização das concessões será feita pelo Ibama, pelo SFB e uma auditoria independente, a quem caberá monitorar o manejo e a atuação dos dois órgãos. Mas ainda assim é objeto de dúvida por parte de alguns especialistas.

O CULTIVO DA PALMA, que levou ao desmatamento com incentivo do governo, hoje se presta à recuperação de áreas degradadas

Stephan Schwartzman, co-diretor do Programa de Trabalho Internacional da Environmental Defense, organização não governamental dos EUA, concorda que o sistema pode dar uma contribuição importante ao zoneamento.



SAMBAPHOTO/ROGERIO ASSIS

SEM TECNOLOGIA, os produtos não madeireiros, como o açaí, não saem do extrativismo primitivo

"Mas a questão é a implementação, a capacidade do Estado de fiscalizar aquelas concessões", afirma.

"É uma região onde tem até trabalho escravo. Se não se consegue controlar isso, quanto mais monitorar os parâmetros de concessão", questiona Rodolfo Salm, ph.D. em Ciências Ambientais pela Universidade de East Anglia, Inglaterra, e pesquisador do Emílio Goeldi. Salm aponta o risco de as atividades serem indutoras de ocupação no entorno, haver aumento de caça, em especial os grandes mamíferos, e se perderem espécimes de árvores. "As raras e de grande diâmetro não voltam mesmo", diz.

Segundo Schwartzman, há um debate técnico quanto à sustentabilidade do manejo madeireiro. "Não é questão de fazer um plano, cortar as madeiras mais nobres, voltar em 30 ou 40 anos, fazer tudo de novo e obter o mesmo valor. Isso não existe. O valor do segundo, terceiro ciclo, se um dia chegar lá, é muito menor", afirma.

"As concessões não são a redenção da Amazônia",

diz Mary Allegretti. "Temos experiência de dez anos com as reservas extrativistas, e elas só funcionam com várias culturas, como não madeireiros, turismo." Por enquanto, o carro-chefe da exploração será a madeira.

Segundo Tasso Azevedo, a infra-estrutura a ser aberta na região não é indutora de ocupação porque estará voltada apenas ao uso florestal. Ele diz que a tendência é de diminuição, e não de aumento da caça na região onde há trabalho com carteira assinada. Que os relatórios de manejo serão públicos e os sistemas de fiscalização estão mais sofisticados. "O Detex, que vai monitorar a exploração florestal, entra em operação em outubro", diz.

Apesar dos questionamentos, as concessões são mais uma tentativa para compor a necessária economia da floresta. É um exercício importante de atuação conjunta entre iniciativa privada, governo, comunidades locais e mercado consumidor. Somente essa rede de múltiplos atores pode dar conta de resgatar uma Amazônia multifacetada e megadiversa. ■



DIVULGAÇÃO AGROPALMA

# NOVO PORTO VELHO PORTO NOVO PO

A EUFORIA COM AS USINAS DO RIO MADEIRA TOMA CONTA DE EMPRESÁRIOS E COMERCIANTES, ENQUANTO CRESCE O TEMOR DE QUE A EMPREITADA REPITA ANTIGOS ERROS DE UM MODELO NÃO SUSTENTÁVEL DE DESENVOLVIMENTO

✦ POR CAROLINA DERIVI

**A**ntônio Luiz Almeida poderia ser considerado um aventureiro. Há um ano, o empresário do ramo de hotelaria abandonou o pólo turístico de Porto Seguro, na Bahia, para abrir um hotel na “não tão turística” Porto Velho. Para isso, investiu integralmente o capital que acumulou durante toda sua vida (cerca de R\$ 200 mil) e se diz muito satisfeito com a troca: “Porto Velho é um lugar a desenvolver. É muito boa a oportunidade de negócios”. Seu sócio, Jair Alves Lima, complementa: “Isso aqui é um eldorado”.

Jair e Antônio fazem parte de um fenômeno, misto de euforia e preocupação, que tomou conta da capital rondoniense, graças à expectativa de construção do complexo hidrelétrico do Rio Madeira. O projeto, um dos maiores do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), defendido pelo governo federal como única alternativa diante da nova ameaça de ‘apagão’, é composto pelas usinas de Santo Antônio e Jirau. Juntas, vão representar 6.450 MW de potência instalada e podem gerar cerca de 10% da energia consumida hoje no País. Durante dois anos, a questão provocou um dilema entre as preocupações com os impactos ambientais que uma obra de R\$ 25 bilhões pode causar em plena Amazônia e o interesse nacional pelo incremento do parque energético. Entretanto, uma subtrama que permaneceu quase apagada durante esse período agora começa a se desenhar, e diz respeito às consequências sociais do crescimento da cidade de Porto Velho.

“Acreditamos que o resultado final deva ser positivo, com a geração de empregos e melhoria na indústria local, especialmente a do agronegócio”, aposta Antônio Marrocos, consultor técnico da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia (Fiero). Essa organização, em parceria com a Federação do Comércio de Rondônia (Fecomercio), fundou ainda este ano o Comitê Pró-Usinas. O sucesso da campanha promovida pelos empresários pode ser observado nas ruas. Em muitos carros, vê-se o adesivo distribuído pelo comitê, reflexo da expectativa de desenvolvimento provocada por um empreendimento dessa envergadura. Vários *outdoors* também foram afixados, por diferentes políticos locais, em comemoração à Licença Ambiental Prévia, concedida pelo Ibama em junho deste ano.

Se por um lado o aumento do mercado consumidor anima os negócios, por outro, a sobrecarga de demandas por serviços públicos preocupa. Os movimentos sociais locais estimam que Porto Velho receberá um fluxo migratório de 100 mil pessoas durante as obras, atraídas pela oportunidade de emprego. Em Porto Velho, somente a metade dos cerca de 380 mil habitantes recebe abastecimento de água (os demais utilizam poços artesanais), 98,9% não têm acesso à rede de esgoto e há

PRÓXIMO À FUTURA usina de Jirau, o povoado de Jaci-Paraná virou alvo da especulação imobiliária



PAULO FENLAUER



FOTOS: PAULO FERLAUER

SEU RUBINHO construiu um restaurante com as próprias mãos: "Eu não queria sair, mas a gente é pequeno, né?"

um déficit de aproximadamente 13 mil novas moradias. Esses dados correspondem a um levantamento realizado pelo Instituto Pólis.

O movimento de migração em busca de emprego pode ser explicado a partir da realidade social na região. Segundo estudo do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), 45% da população na Amazônia Legal vive abaixo da linha da pobreza, com menos US\$ 2 por dia, e ainda atrai de mão-de-obra ociosa de outros estados mais pobres, como Maranhão e Piauí.

Para Artur Moret, coordenador da Campanha Rio Madeira Vivo, de oposição às usinas, Rondônia viverá a repetição de um ciclo: "Na década de 70, teve a migração pra cá, que foi uma reorganização do espaço. Em 80 e 90, o garimpo também foi outra reorganização. E as pessoas têm essa noção. Eu não sei como é que eu vou viver depois, porque vai mudar tudo".

Em seu parecer sobre os impactos das usinas no meio urbano, o Instituto Pólis expressou preocupação com a

questão dos empregos. Isso porque a alardeada criação de 20 mil postos de trabalho em cada empreendimento no pico das obras dura apenas um mês. Em verdade, apenas 1.500 empregos fixos serão criados, justamente os de maior capacitação técnica, que normalmente são ocupados pelo próprio quadro de funcionários dos empreendedores, nesse caso, o consórcio formado pelas empresas Fumas e Odebrecht. Embora sejam autoras do projeto, terão de disputar o leilão com outras empresas.

"Um impacto bem negativo é que um grande número de pessoas que serão contratadas ficarão sem emprego em pouco tempo. Não se está planejando nem prevendo recursos para atender essa população. Da mesma forma que se preocupam com os peixes do rio, teriam que se preocupar com ela", alerta Nelson Saule Junior, pesquisador responsável pelo parecer. Até o fechamento desta reportagem, as assessorias de imprensa de Furnas e Odebrecht não designaram ninguém que pudesse comentar o caso.

Tudo isso é mais do que poderia explicar o assistente-administrativo do escritório de Fumas em Porto Velho, Aildo Venâncio. É ele o responsável por encaminhar os currículos que são entregues na portaria e que hoje formam um arquivo de mais de 10 mil exemplares. "E todo dia chega mais gente", declara.

Para capacitar a população, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico (Semdes), em parceria com o Sesc e o Senai, abriu 72 cursos voltados para qualificação profissional em construção e também na área de serviços. Três mil pessoas foram inscritas e outros milhares tiveram de ficar de fora. "Essa é apenas a primeira fase, em que começamos a gastar os recursos repassados pelo PAC (cerca de R\$ 545 milhões, dos quais R\$ 1,3 milhão foi investido nos cursos). Também vamos fazer com que o empresário local possa trabalhar a demanda por produtos dessas novas pessoas", explica Flavio Nogueira, secretário-adjunto.

O aumento da população também se reflete no mercado imobiliário. Segundo o Conselho Regional dos Corretores de Imóveis (Creci), houve aumento de 30% nos preços de imóveis e terrenos. Em um município onde predomina a falta de regularização fundiária, esse aquecimento de preços se traduz em desmatamento e grilagem. De acordo com a Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, nos últimos dois anos houve um agravamento das invasões em terras indígenas do estado. Mas talvez o exemplo mais expressivo esteja no distrito de Jaci-Paraná.

#### CANTEIRO DE OBRAS

A paisagem típica de uma comunidade simples, com ruas de terra, casas de madeira e pequenos estabelecimentos comerciais, contrasta com a enorme quantidade de placas anunciando a venda de imóveis e lotes. Durante uma visita de duas horas, a reportagem encontrou dezenas de exemplos. Contudo, a súbita valorização de terras em Jaci-Paraná é explicável: trata-se do centro urbano mais próximo do futuro canteiro de obras da usina de Jirau, de onde serão demandados serviços como hotéis, bares e restaurantes.

Há dois anos, o povoado era composto de cerca de 600 domicílios. Hoje são mais de 2 mil e o administrador municipal, Jurandir Rodrigues, não agüenta mais ouvir reclamações: "Não tem vaga nas escolas, atendimento de saúde, não tem nada. O povo chega aqui achando que vai ganhar um terreno e que, depois, o governo regulariza. Mas só tem terreno pra vender e está cada vez mais

caro". Tal comércio, entretanto, é ilegal, já que o distrito está inteiramente situado em terras da União.

Para Roberto Smeraldi, diretor da ONG Amigos da Terra, desdobramentos como esses são comuns em grandes obras na Amazônia. Como exemplo, cita a usina hidrelétrica de Tucuruí, no Pará: "Em trinta anos, sete municípios novos se formaram ali, o que representa 420 mil pessoas a mais. Esses municípios não têm arrecadação própria. E só os royalties da obra são insuficientes para fazer frente às necessidades sociais".

Em Rondônia, pelo menos um grupo de pessoas certamente terá suas vidas modificadas para sempre. São os ribeirinhos, que deverão ser deslocados pelas barragens. O consórcio trabalha com estimativa de 2 mil pessoas, mas as ONGs locais apostam em 10 mil. No distrito de Mutum-Paraná, uma das comunidades em vias de desaparecer, há quem se anime com a possibilidade da transferência para uma nova localidade. "Eles (*Fumas/Odebrecht*) prometeram fazer a Nova-Mutum, com escola, asfalto, parque, tudo", comemora a administradora municipal Rosilene Prestes.

Mas a desconfiança também assombra a comunidade e, enquanto não se definem as empreiteiras encarregadas da obra, não há garantias. Rubinho Luis Benarroque mora há 40 anos em Mutum, onde tem um restaurante que construiu com as próprias mãos. "Foi aqui que eu fiz a minha vida. Se a minha opinião valesse, eu não queria sair, mas a gente é pequeno, né?", lamenta.

Diante de um destino duvidoso, uma coisa é certa. Conforme atesta a Gerência Regional do Patrimônio da União, as margens de rios pertencem ao Estado. Uma vez deslocados, os moradores só terão direito à indenização por suas casas e plantações, mas não receberão nada pelas terras que perderem. Enquanto aguarda o desfecho final, Seu Rubinho decidiu aproveitar o melhor da vizinhança com o rio e construiu um córrego ao redor do seu restaurante, por onde passam grandes peixes de cauda vermelha, chamados pirarucu. "Mas aqui a gente não pesca", garante o ribeirinho, "senão acaba a boniteza". ■■

#### FILME ANTIGO

Em Tucuruí, sete novos municípios se formaram em 30 anos. Não têm arrecadação própria e os royalties da obra são insuficientes para atender às demandas sociais

A CAMPANHA pró-usinas liderada por empresários ganhou as ruas

HÁ PREOCUPAÇÃO COM O GRANDE AFLUXO DE PESSOAS EM BUSCA DE OPORTUNIDADES. COM O FIM DAS OBRAS, ELAS PERDERÃO O EMPREGO, ENQUANTO FALTA PLANEJAMENTO DE COMO ATENDER ESSA POPULAÇÃO





ameaçada na Amazônia chama-se homem.

Porém há pouca reflexão sobre o extraordinário potencial da Amazônia de se transformar no foco de uma biocivilização futura, conquanto aprendamos a fazer bom uso de sua natureza e riquíssima biodiversidade. Ambas as vertentes estão presentes na obra de Meirelles.

Com dados abundantes, ele denuncia as onze bestas do apocalipse responsáveis pelo atraso da Amazônia, tais como a pecuária bovina extensiva, o plantio da soja, a produção do carvão vegetal a partir da floresta nativa, a exploração madeireira predatória, o modelo fundiário e a grilagem das terras, para mencionar as principais.

Entre 1993 e 2005, o rebanho bovino passou de 26,6 milhões para 63 milhões de cabeças, um salto impressionante com conseqüências devastadoras, dado o caráter extremamente extensivo dessa pecuária e a necessidade constante de seguir derrubando a floresta para criar novos pastos. E com resultados mais do que modestos no que diz respeito ao emprego: quando muito um emprego por mil hectares de pecuária tradicional, que o autor contrapõe aos 100 empregos que poderia gerar na mesma área a agricultura familiar ou os 500 empregos se adotadas as práticas da permacultura.

Meirelles é um entusiasta incondicional dessa modalidade de agroecologia, que ainda tem de provar sua eficiência nas condições do trópico úmido. Mas não resta

dúvida de que a agroecologia adaptada às necessidades da agricultura familiar, os sistemas agrossilvipastoris e a aqüicultura para a qual os ecossistemas amazônicos oferecem condições favoráveis formam um elenco de soluções para o futuro da Amazônia rural, informado pelo conceito de desenvolvimento socialmente incluyente e ambientalmente sustentável.

Meirelles descreve numerosos exemplos bem-sucedidos de projetos em pequena escala que apontam a boa direção. E diz com razão que os 600 milhões de hectares já desmatados poderiam acomodar 1,2 milhão de famílias de agricultores em lotes de 50 hectares, com quatro quintos da área mantidos como reserva natural, proporcionando-lhes condições de vida razoáveis.

#### MILAGRE DOS PEIXES

A aqüicultura tem um papel fundamental a desempenhar: “A imagem da aqüicultura na Amazônia é de 300 mil lagos pequenos. Lagos no fundo do quintal associados a sistemas altamente produtivos de permacultura, sem a necessidade de rações de fora” (págs. 330-31). Um hectare de aqüicultura produz de 1 a 10 toneladas de peixe ao ano, comparadas a 49 a 85 quilos de carne de pecuária, e oferece ocupação para uma família de três por hectare e não um emprego por mil hectares.

Entre as vocações para a Amazônia, Meirelles menciona o ecoturismo, citando a bela frase em que Darcy Ribeiro descreve a Amazônia como “o grande jardim terrenal que os homens do futuro desejaram ver, cheirar, sentir, admirar” (pág. 343). Tudo dependerá, no entanto, de quantos serão e como se deslocarão. O turismo de massa dificilmente se acomoda com o prefixo “eco”.

Em compensação, o autor tem razão em insistir na necessidade de uma mobilização maior da potencialidade

científica do Brasil para identificar as inúmeras oportunidades de aproveitamento da biodiversidade amazônica para produzir alimentos, bioenergia, fibras, materiais de construção, adubos verdes, fármacos e cosméticos, fazendo da Amazônia um dos berços da biocivilização do futuro, uma “terra de boa esperança”, no dizer do geógrafo tropicalista Pierre Gourou, e não um “triste trópico”.

Para tanto serão necessárias políticas públicas que se contraponham à destruição da Amazônia, corrigindo o que Meirelles considera o maior erro das políticas brasileiras dos últimos 40 anos, ou seja, a abertura da fronteira pioneira na Amazônia (pág. 353), que acabou beneficiando muito pouca gente – um universo de menos de 20 mil pessoas, segundo o autor.

No livro estão mencionados os seguintes instrumentos: o zoneamento econômico-ecológico nos moldes propostos por Bertha Becker, o imposto territorial local, um

novo modelo fundiário e a formalização do uso sustentável das terras pelas populações nativas. É de esperar que sirvam para orquestrar a substituição das atividades destrutivas pela expansão sustentável da agroindústria, do manejo dos sistemas agroflorestais e da aqüicultura.

A batalha está longe de ser ganha. O boom dos biocombustíveis traz a conversão das pastagens no Sudeste em canaviais e, por tabela, empurra a pecuária extensiva para a Amazônia Legal, onde as terras são mais baratas. Por sua vez, as pastagens degradadas na Amazônia estão sendo aproveitadas para o plantio da soja. E a destruição da floresta prossegue. Esse ciclo predatório só cederá a medidas drásticas e imediatas.

Convém criar o quanto antes uma agência governamental de bioenergia que possa impor um zoneamento econômico-ecológico para valer, uma certificação socioambiental rigorosa de todos os biocombustíveis, até mesmo para o mercado interno, um conjunto de políticas de discriminação positiva voltadas aos agricultores familiares e um programa ambicioso de pesquisas no setor público para identificar sistemas de produção integrada de alimentos e energia adequados aos diferentes biomas do Brasil. E, assim, avançar na direção de bioenergias de segunda e terceira geração, com especial destaque para a valorização de várias espécies de palmeiras nativas da Amazônia. ■

**NO LUGAR DE “BESTAS DO APOCALIPSE” COMO PECUÁRIA EXTENSIVA, PLANTIO DE SOJA E EXPLORAÇÃO PREDATÓRIA DE MADEIRA, AS SOLUÇÕES PARA O FUTURO DA AMAZÔNIA INCLUEM AGROECOLOGIA E Aqüicultura**

# Do bom uso da NATUREZA

# ROLIDEI na floresta

A HISTÓRIA DA AMAZÔNIA, PARAÍSO E INFERNO VERDE, ESTÁ INTIMAMENTE LIGADA À PRESENÇA ESTRANGEIRA E AO TEMOR NACIONAL DE PERDA DA SOBERANIA. SEU DESTINO, MAIS DO QUE NUNCA, DEPENDE DESSA DIALETICA

✦ POR FLAVIA PARDINI

Em uma cabeça, “onças, aranhas, macacos, araras, capivaras, coatis – uma enorme riqueza e variedade de vida selvagem em um mundo verde e úmido”. Em outra, “fogo, correntão, Caterpillar, biodiversidade perdida, mudança climática”. São imagens contemporâneas da mesma floresta, Amazônia forjada por estrangeiros de diferentes pontos de vista. A primeira enunciada pela antropóloga Kay Milton, que pesquisa assuntos ambientais na Queen’s University, em Belfast, na Irlanda do Norte. A segunda, por John Carter, fazendeiro texano que vive na região do Xingu há 11 anos.

A Amazônia sempre fascinou os forasteiros, sejam de outros países ou do resto do Brasil, estes tão estrangeiros quanto os primeiros. Desde a mítica expedição comandada por Francisco de Orellana, em 1541, de Quito até o Atlântico, em que teriam sido avistadas índias guerreiras ao longo do rio, por isso batizado de Amazonas, a floresta é descrita como o paraíso ou o inferno, ambos insuportavelmente verdes.

Em *Narrativa Pessoal das Viagens às Regiões Equinociais do Novo Continente*, Alexander von Humboldt, naturalista que explorou a América Latina de 1799 a 1804, antecipa um tempo em que “cidades populosas, enriquecidas pelo comércio, e campos férteis cultivados pelas mãos de homens livres adornarão esses mesmos locais onde, no momento de minhas viagens, encontro apenas florestas impenetráveis e terras inundadas”.

Na trilha de Humboldt, uma série de naturalistas visitou a hiléia e contribuiu para deixar impressa, em livros e na mente de colonizadores e colonos, a idéia européia de uma civilização amazônica. “Em nenhum outro lugar a natureza e o clima são tão

favoráveis ao trabalhador, e afirmo sem medo que aqui a floresta original pode ser convertida em ricas pastagens, em campos cultivados, jardins e pomares contendo toda variedade de produtos, com metade do trabalho, e o que é mais importante, em menos de metade do tempo necessário em casa, embora lá tivéssemos campos limpos em vez de floresta para começar”, escreveu o britânico Alfred Russel Wallace em 1853 sobre a área hoje ocupada por São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas.

Antes dos naturalistas, a Amazônia já fazia parte da economia mundial, como lembra o sociólogo Stephen Bunker. Após a chegada dos portugueses, forneceu especiarias e óleos animais para os mercados europeus. Do final do século XIX até 1910, garantiu

a borracha para automóveis e outras máquinas que transformaram a indústria americana e européia. E, mais recentemente, passou a exportar minérios e metais que alimentam a moderna indústria mundial e as novas tecnologias. Talvez mais revelador seja o fato de que, 150 anos após a previsão de Wallace, cerca de 75 milhões de hectares antes cobertos pela impenetrável floresta foram convertidos em pastagens.

A riqueza, entretanto, não ficou na Amazônia, uma região ainda pobre, onde a maioria dos habitantes enfrenta condições precárias de trabalho, e o grosso dos benefícios extraídos da natureza migra. Mas a idéia implícita na visão de Wallace – a de que o europeu usufruía de toda essa benesse – é hoje combatida a ferro e a fogo. “Todo mundo tem que saber que a Amazônia tem dono”, disse em meados de setembro o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, reforçando a mensagem que os brasileiros enviam ao mundo enfaticamente desde os anos 50.

UM POUCO FANTÁSTICA, a geopolítica do Brasil lança mão de estradas para ocupar e proteger a Amazônia do perigo externo



ZULEIKA PULSAR

**EXTRAÇÃO, e não produção, é o que define a economia amazônica. A mineração é mais visível, mas a região exporta também energia**

A frase do presidente responde a relatos sobre anseios de internacionalização da Amazônia que, embora não comprovados, geram consternação em solo brasileiro, a ponto de mobilizar políticos e parlamentares. Há dois anos, o Senado realizou audiência pública sobre o tema “A Internacionalização da Amazônia: Risco Real ou Temor Infundado?” “Eu não diria que há uma ameaça de internacionalização da Amazônia, mas confesso que acho interessante que haja essa permanente preocupação”,

afirmou, à época, o secretário-executivo do Ministério das Relações Exteriores, Samuel Pinheiro Guimarães.

O temor permanece, alimentado por declarações atribuídas a celebridades internacionais, do ex-presidente francês François Mitterrand ao eterno presidenciável americano Al Gore, sempre apontando o interesse externo em retirar do Brasil a soberania sobre a porção amazônica que lhe cabe. Mas, para forasteiros com décadas de trabalho dedicado à Amazônia, a idéia soa

## A AMAZÔNIA SUPRE OS MERCADOS INTERNACIONAIS HÁ SÉCULOS. OS BENEFÍCIOS MIGRAM, OS EFEITOS SOCIOAMBIENTAIS PERMANECEM

estrangeira. “Só ouço isso no Brasil, de alguns brasileiros”, afirma o biólogo Thomas Lovejoy, presidente do Heinz Center para Ciência, Economia e Meio Ambiente. “Literalmente nunca nos Estados Unidos.”

O antropólogo Stephan Schwartzman, co-diretor do Programa de Trabalho Internacional da Environmental Defense, uma organização não governamental americana, conta que de tanto ouvir a retórica brasileira decidiu pesquisar, em Washington, quais seriam as bases. “Posso afirmar categoricamente que não existe em nenhuma esfera política, seja dentro do governo, seja fora, a intenção de internacionalizar a Amazônia, de minar a soberania brasileira ou de algum outro país amazônico”.

Os rumores de internacionalização persistem, na visão de Robert Goodland, ex-assessor do Banco Mundial para assuntos ambientais, “porque o Brasil vende internacionalmente praticamente todas as toras, a carne, a soja e o alumínio extraído da Amazônia”. Para ele, a conversão da Amazônia em produtos para os mercados internacionais manda a mensagem clara, embora equivocada, de que a floresta vale mais se for exportada.

### PERIFERIA EXTREMA

Assim tem sido desde antes que o mantra da internacionalização integrasse a “geopolítica um pouco fantástica” do Brasil em relação à Amazônia, nas palavras de Stephan Schwartzman.

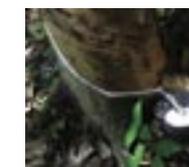
Stephen Bunker usou a Amazônia como exemplo

maior de um modelo de subdesenvolvimento em que regiões de “extrema periferia” se caracterizam por laços econômicos com o sistema capitalista mundial baseados quase que exclusivamente em *commodities* extraídas – recursos que independem da intervenção humana para que existam ou se reproduzam – e pelas baixas proporções de capital e trabalho incorporadas no valor total das exportações.

A extração – em vez da produção – responde a oportunidades no mercado internacional, mas causa efeitos ambientais, sociais e demográficos que limitam as possibilidades de uso futuro dos recursos naturais que sustentam essas economias, criando assim a sucessão de *booms* e colapsos que ainda hoje domina a Amazônia.

A primeira onda extrativa na Amazônia, segundo Bunker, respondeu à demanda européia por especiarias e óleos animais – extraídos de ovos de tartaruga e dos manatis –, aproveitando-se não só dos recursos naturais, mas da tecnologia indígena. A consequência, além do benefício econômico aos primeiros exploradores, foi a redução da capacidade da região de suportar seus habitantes tradicionais, cujos números decresciam desde o contato com o homem branco. Após o colapso do primeiro ciclo de extração e longa estagnação, a economia reorganizou-se para responder à demanda internacional por borracha. Mas não sem sentir os efeitos do ciclo anterior.

“Quando, na metade do século XIX, os europeus deram uso industrial ao que muitos índios amazônicos



### MAIS DO QUE UMA PRAGA

Os ciclos anteriores de exploração despovoaram a floresta, impossibilitando a competição com os asiáticos na produção de borracha para atender a demanda mundial

## ADMIRÁVEL MUNDO VERDE

Mais do que nos livros, é no audiovisual que se propaga a imagem atual da floresta. O olhar estrangeiro aos poucos abandona as anacondas e o nacional ainda precisa descobrir a porção urbana da Amazônia, diz a antropóloga Selda Vale da Costa.

### PÁGINA 22: Qual imagem o cinema captura da Amazônia?

**SELDA VALE:** A Amazônia tem sido captada ao longo da história da fotografia e do cinema como um mundo à parte, pleno de mistério e fantasia, fruto mais do desconhecimento do que de uma intencionalidade. Há uma diversidade de visões, que nem sempre capta a sociobiodiversidade existente. Atualmente, vem sendo tratada como o paraíso dos ecologistas, território intocável, mundo sagrado, mas também uma terra devastada.

### 22: Qual a visão do cinema estrangeiro? Difere da projetada pelo nacional?

**SV:** Depois de aranhas e formigas gigantes, de seres estranhos

de mundos perdidos, de rios infundáveis, com anacondas e crocodilos assassinos, o cinema estrangeiro voltou-se recentemente para o ser humano. Mas é necessário ter em conta que há vários cinemas estrangeiros, assim como vários olhares nacionais. Nem todo cinema de fora trata a Amazônia como espaço real, mundo que se constrói pela ação dos homens e não apenas por obra de magias e encantamentos. Há em certo cinema um olhar de reverência, como se a Amazônia fosse algo precioso a preservar, um celeiro de plantas curativas, um espelho para as gerações futuras. Lembra um pouco o mundo do primitivo no *Admirável Mundo Novo*, de Huxley, ou o ambiente de *Medicine Man*. Essa atitude não é percebida tão fortemente no cinema nacional, que possui conhecimento mais aprofundado das contradições da região.

### 22: Essa imagem mudou ao longo do tempo?

**SV:** Sim, principalmente após os anos 70, quando houve, no exterior, a divulgação dos massacres de povos milenares, da luta

dos seringueiros, quando a peleja de Chico Mendes chegou aos meios de comunicação da Europa e Estados Unidos. Para cá vieram então documentaristas mais compromissados com a causa dos direitos humanos e ambientais. Poucos são hoje os filmes estrangeiros, de ficção, que tomam a Amazônia como cenário, mas quando o fazem, como em *Floresta de Esmeraldas*, *Medicine Man*, *Dançando nos Campos do Senhor*, *Aguirre*, *A cólera dos Deuses*, *Fitzcarraldo*, até *Tainá*, são cuidadosos em não repetir os absurdos do passado. Não é o fantástico que é mostrado, é o imaginário que conduz o olhar da câmera, embora ainda não seja essa a totalidade das imagens filmadas.

### 22: O estrangeiro vê a Amazônia como parte do Brasil?

**SV:** Como um outro Brasil, como, aliás, a Amazônia brasileira sempre foi, política, econômica e culturalmente. Não podemos esquecer, entretanto, que a Amazônia ultrapassa os limites do Brasil e se estende a diversos países, Colômbia, Venezuela,

Bolívia, a Pan-Amazônia. Essa região vem construindo uma cinematografia própria, na qual pode-se perceber as Amazônias peruana, boliviana, colombiana. Mesmo que essa cinematografia traga traços dos países aos quais se conecta, existe algo que ultrapassa a identidade nacional e se liga a um sentimento amazônico, deixando transparecer as singularidades e as especificidades da região e seus povos.

### 22: A Amazônia está presente no cinema nacional atual?

**SV:** Pouco, talvez porque os realizadores estejam concentrados na violência urbana ou nos conflitos amorosos urbanos, e o cinema brasileiro ainda não descobriu que a Amazônia vem se tornando urbana, existem metrópoles aqui, com problemas de poluição, substituição, violência, corrupção. Os povos indígenas estão mudando para as vilas, cidades e capitais. O mundo das águas e da floresta se torna mais silencioso, embora os realizadores indígenas venham produzindo suas próprias imagens, ainda pouco divulgadas.



## A ÚLTIMA FICHA CAIU

Manter a floresta é interesse do Brasil. Pela primeira vez, e talvez a última, há a chance de aproveitar o interesse internacional para preservar os serviços ambientais da Amazônia

sabiam há tempos – que a borracha podia ser moldada de várias formas –, a ausência de uma força de trabalho adequada retardou sua resposta à nova explosão do mercado”, escreveu Bunker. A extração de borracha selvagem é intensiva em trabalho, mas o ciclo anterior havia deixado a maior parte das áreas rurais da Amazônia desabitada. A solução foi importar trabalhadores do Nordeste e alimentos de outras partes do País.

Foi possível manter tal sistema de extração, apesar do alto custo, enquanto os mercados internacionais dependeram apenas da Amazônia como fonte de borracha. Mas, quando os ingleses levaram sementes para a Ásia e ali estabeleceram seringais, veio o colapso. A explicação mais comum para a incapacidade de competir com o pólo asiático reside no surgimento de um fungo que impossibilitou a formação de plantações na Amazônia. Mas, para Bunker, a razão vai além do fungo. “Em vez disso, foi a falta de uma população rural – resultado direto do modo de extração colonial – que impediu o cultivo”, escreveu. Seguiu-se mais um longo período de estagnação.

A partir dos anos 50, na cronologia de Bunker, as relações entre a Amazônia e os mercados internacionais passaram a ser intermediadas pelo Estado brasileiro, que, graças aos efeitos dos ciclos anteriores, pôde tratar a região como “uma fronteira vazia de onde os lucros poderiam ser extraídos rapidamente e com pouca consideração aos



ROMERO SERGIO/FOLHA IMAGEM

## O ESTADO BRASILEIRO PASSOU A INTERMEDIAR AS RELAÇÕES DA REGIÃO COM O MUNDO NOS ANOS 50, TRATANDO-A COMO UMA FRONTEIRA VAZIA

sistemas sociais, econômicos e ambientais existentes”.

Os eixos que nortearam a ocupação foram o endividamento externo decorrente da industrialização do resto do País e a preocupação com segurança e ordem interna. “A Amazônia deixou de ser a periferia extrema das economias européia e americana para se tornar a fronteira periférica da qual capitalistas e o Estado brasileiro, ambos dependentes, extraem valor”, escreveu o sociólogo.

### DIALÉTICA AMAZÔNICA

Nessa fase, para extrair valor da floresta o governo concedeu direitos a companhias estrangeiras, subsídios e incentivos a empresas brasileiras, investiu milhões de dólares na abertura de estradas e iniciou um programa de colonização. Data desse período também a intensificação das respostas brasileiras a supostas tentativas de internacionalização. No livro *A Amazônia e a Cobiça Internacional*, de 1968, o ex-governador do Amazonas Arthur Ferreira Reis usa o interesse externo para justificar a necessidade de ocupar e “desenvolver” a região

Mas, se de um lado as elites locais e o governo nacio-

nal não souberam tirar a Amazônia da extrema periferia, do outro, paira o interesse estrangeiro. “Ao longo de sua história, desde a chegada dos europeus, há a sensação de que, embora o Brasil tenha estendido sua soberania sobre ela, a Amazônia pertence ao mundo”, escreveu Richard Bourne, jornalista britânico no livro *Assalto à Amazônia*, de 1976. Segundo ele, o interesse compreende três elementos que, embora contraditórios, suportam-se mutuamente: ganância econômica, curiosidade científica e preocupações humanitárias e conservacionistas.

Diante da vontade brasileira de ocupar o que até então parecia uma “colônia interna”, os estrangeiros arregimentaram-se para permitir a empreitada, fornecendo o capital necessário e, em alguns casos, embrenhando-se para implantar projetos na floresta. Caso do Projeto Jari, estabelecido pelo milionário americano D.K. Ludwig em 1967 com a bênção e incentivos do governo brasileiro – em pleno movimento de “integrar para não entregar” – para produzir minérios, produtos florestais e agrícolas.

Na visão de Bourne, esse e outros casos são exemplos da “dialética entre interesses nacionais e internacionais”

que molda a economia amazônica. “O desejo dos governos brasileiros de reafirmar a soberania nacional e promover o desenvolvimento econômico, em parte estimulado pelo temor de predadores estrangeiros, na verdade envolveu tentativas de explorar o capital e a tecnologia de empresas internacionais para promover esquemas na Amazônia”, escreveu.

“A internacionalização no sentido de uma ameaça de outros países tomarem a região do Brasil não é real”, diz Philip Feamside, ecólogo que estuda a Amazônia desde 1973. “Mas há uma internacionalização de outro tipo, que progride rapidamente e com todo o apoio do governo brasileiro. Isto é, a venda dos recursos naturais da região para empresas internacionais”. O exemplo recente, segundo Feamside, são as hidrelétricas existentes e planejadas, que fornecem energia para beneficiar alumínio e outros produtos de exportação.

“É energia elétrica exportada em forma de lingotes de alumínio”, afirma. “Os países importadores e os donos internacionais de empresas como Alcoa e Nippon Amazon Aluminium Company não querem construir hidrelétricas ou outras fontes de energia em casa, não apenas devido aos custos diretos, mas também ao custo ambiental, e este impacto é exportado para a Amazônia”.

A CAMPANHA liderada por Chico Mendes nos anos 80 mudou a visão dos estrangeiros: na floresta não há só animais, mas também gente

### COMPORTAS ABERTAS

O terceiro elemento citado por Bourne – preocupações conservacionistas – passou a pesar na dialética amazônica nas últimas décadas. Nos anos 80, a Amazônia ocupou corações e mentes nas nações ricas com campanhas contra as queimadas e em defesa dos povos da floresta, como a encabeçada por Chico Mendes. Atualmente, cresce a percepção de que a floresta tem um papel a desempenhar no regime climático mundial, ameaçado pelas emissões de gases de efeito estufa.

“Há a percepção geral no Reino Unido de que a Amazônia deve ser ‘internacionalizada’ e eu concordo”, diz a antropóloga Kay Milton. “A principal razão é a mudança climática. Se a Amazônia for destruída, não é apenas o Brasil que perde a floresta, o mundo perde um importante reservatório de carbono e uma fonte de biodiversidade.”

“Serei a primeira pessoa a defender o Brasil”, diz John Carter sobre uma eventual ameaça de internacionalização. Ele criou a ONG Aliança da Terra para incentivar os proprietários na Amazônia a “produzir certo”, respeitando elementos socioambientais. “O que o Brasil está fazendo com a Amazônia é igual ao que o resto do mundo fez no passado, explorando um recurso natural ao máximo para retorno financeiro imediato”, afirma. “São milhares de indivíduos de todas as cores, nacionalidades e situações financeiras que tentam espremer tudo o que a fronteira oferece, enquanto o governo luta para manter o controle. O governo militar pediu para o povo integrar para não entregar, e o povo fez. Agora as comportas estão abertas.”

Tão abertas que as hidrelétricas do Rio Madeira em breve sairão do papel. Mas a pressão externa para que as atividades econômicas na Amazônia não contribuam para o aquecimento global ainda pode inaugurar uma nova fase da dialética amazônica. “Manter a floresta em pé é interesse do próprio Brasil, uma vez que ela desempenha funções essenciais, inclusive como fonte de chuva para o Centro-Sul”, lembra Feamside. “O custo de parar o desmatamento extrapola as capacidades orçamentárias do Ministério do Meio Ambiente e de órgãos estaduais. Portanto, o interesse internacional pode ser aproveitado como fonte de recursos na escala necessária para contrapor as forças de destruição na região.”

“Com o surgimento dos mercados internacionais de carbono, há pela primeira vez, e talvez a última, a possibilidade de criar um mecanismo que valorize a floresta em pé”, diz Schwartzman. A idéia é que países industrializados remunerem as nações tropicais que evitam o desmatamento e promovem o desenvolvimento sustentável. Um belo exemplo de como a dialética de séculos entre estrangeiros e brasileiros na Amazônia pode beneficiar mais do que alguns poucos “desbravadores”. ■



# A FLORESTA, escassa e inesgotável

■ ■ ■ POR ROBERTO S. WAACK

A floresta tropical é um recurso escasso e consequentemente de alto valor? Para quem? Para as comunidades e a população da Amazônia, raro é ter a terra livre para plantar. Para o mundo, raras são as áreas florestadas que oferecem serviços ambientais como clima, retenção de carbono, biodiversidade, proteção de mananciais de água doce e paisagem. O conceito de raridade ambiental, de escassez, é relativo, e essa relatividade traz conflitos em vários campos.

Na questão institucional, as regras do jogo para a população local não são as mesmas para quem vive fora da floresta. No âmbito local, “limpar” a floresta é culturalmente aceito, prática realizada historicamente, e não é a causa principal do desmatamento. Essa “porta de entrada”, no entanto, representa um ponto frágil para o aumento de escala do desflorestamento, uma vez que a terra continua sendo um bem escasso para a pecuária e a agricultura. Há um evidente conflito com as regras do jogo da preservação ambiental.

A floresta, como bem escasso global, passa a ser protegida nos âmbitos nacionais e internacionais. Um conjunto de leis cada vez mais complexo não é suficientemente forte e completo para garantir a sua proteção. A corrupção e a oligarquia local são forças contrárias à implementação das leis de proteção ambiental. A estruturação de uma forte rede de madeireiros ilegais, muitas vezes associados ao poder político regional, impede a aplicação da lei. Por que o ambiente institucional não é capaz de fazer valer a legislação? Não se trata apenas de uma questão de *law enforcement*. Há outros componentes.

Na Floresta Amazônica brasileira, o direito de propriedade da terra é extremamente frágil e confuso e desperta discussões entre os estados e a federação.

**PARA O MUNDO, AS ÁREAS QUE OFERECEM SERVIÇOS AMBIENTAIS SÃO POUCAS. PARA QUEM VIVE NA AMAZÔNIA, RARO É TER TERRA LIVRE PARA PLANTAR. ESTÁ AÍ O PONTO DE PARTIDA DE VÁRIOS CONFLITOS**



Multiplicam-se órgãos, opiniões e questões ideológicas sobre o direito de uso e posse da terra. Ainda há outro conflito: se o recurso é raro, deve ter valor e preço. Mas enquanto a terra livre tem um bom preço, pois oferece alternativas de renda à população, e é demandada por atividades agroindustriais de grande escala, a floresta em pé não é valorizada, ao contrário, representa muitas vezes um custo alto para ser mantida.

## NÓ DA MADEIRA

Já a madeira tropical oriunda da informalidade tem preço muito baixo, atraindo o consumidor. O mercado aceita comprar essa madeira, agindo hipocritamente, pois não concorda com a devastação florestal. Neste campo, iniciativas como a rastreabilidade e a certificação são uma solução importante para a valorização da madeira e de sistemas de manejo sustentável. Medidas que incentivem a compra de madeira manejada por países, estados e municípios são de grande valia para coibir a ilegalidade.

Atividades econômicas como manejo florestal sustentável geram valor para a floresta, mas, infelizmente, a madeira parece ser a única fonte atual realmente importante de recursos. As matérias-primas não madeiras são compradas por preços e volumes irrisórios, não representando mais do que sonhos de uma possível valorização da tão proclamada biodiversidade.

Fala-se muito dos serviços ambientais relacionados às mudanças climáticas, à emissão de créditos de carbono, à preservação de mananciais, à manutenção da paisagem.

Para que a floresta permaneça em pé, ou com manejo sustentável, ela tem de gerar valor superior ao da terra livre de floresta. Na pior das hipóteses, as duas raridades devem se equilibrar. É o que o mundo deseja, mas está disposto a pagar? Para tanto, o papel da inovação no desenvolvimento de produtos e serviços ambientais com valores mais tangíveis é crucial.

Há ainda mais um conflito: o tempo. O corte raso das florestas gera renda em curtíssimo prazo. A falta de vínculo entre o madeireiro predatório, a propriedade da terra e a formalidade econômica faz com que o resultado da sua atividade tenha de ser auferido em pouco tempo. Seus investimentos industriais são precários, as serrarias, de pouco conteúdo tecnológico, e a agregação de valor, muito baixa. No outro lado, está o manejo florestal sustentável e os investimentos em inovação de produtos e serviços ambientais. Todos de longo prazo.

Como equilibrar essas forças? As florestas com pouco valor e ganhos de longo prazo versus o corte raso com rápida valorização da terra. Tudo isso em meio a um ambiente institucional fraco, baixo compromisso com a qualidade, e raras inovações para produtos e serviços ambientais. Há campo para otimismo?

Sou tentado a crer que sim. A sociedade civil organiza-se e o tema passa a ser foco dos principais fóruns mundiais, como este em Aix-en-Provence.

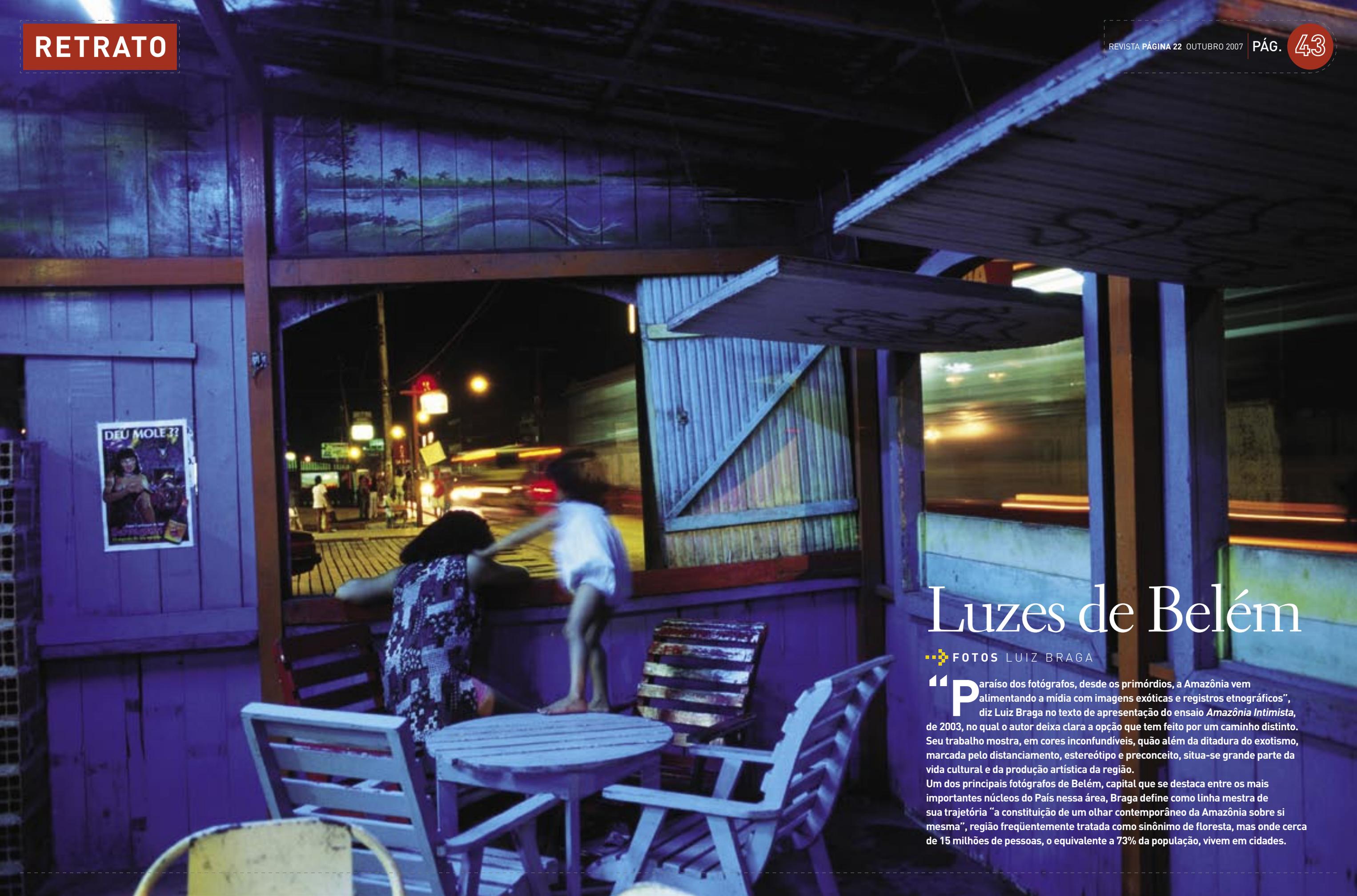
Ao mesmo tempo, costumamos dizer que a Amazônia é nossa, como se isso bastasse para bem geri-la e merecê-la. É fato: há mais de 20 milhões de habitantes na Amazônia brasileira. Mas as questões ambientais são globais e o conceito de soberania nacional há muito não é suficiente para justificar a incompetência e as atrocidades político-administrativas.

Em síntese, há uma questão institucional em várias instâncias: a cultura local, os direitos de propriedade, a legislação ambiental, a aplicação da lei, a governança mundial e, em nível mais profundo, a questão do valor e do tempo. Tanto a terra a curto prazo em meio a instituições frágeis quanto a floresta a longo prazo e suas instituições emergentes são recursos escassos. ■

*Este artigo decorre da apresentação realizada na reunião do Le Cercle des Économistes em Aix-en-Provence, França, voltada ao tema “Um Mundo de Recursos Escassos” (www.cercladeseconomistes.asso.fr)*



**QUEM DÁ MAIS?**  
As matérias-primas não madeiras ainda são compradas por preços e em volumes irrisórios, não representando mais do que sonhos de uma possível valorização da tão proclamada biodiversidade



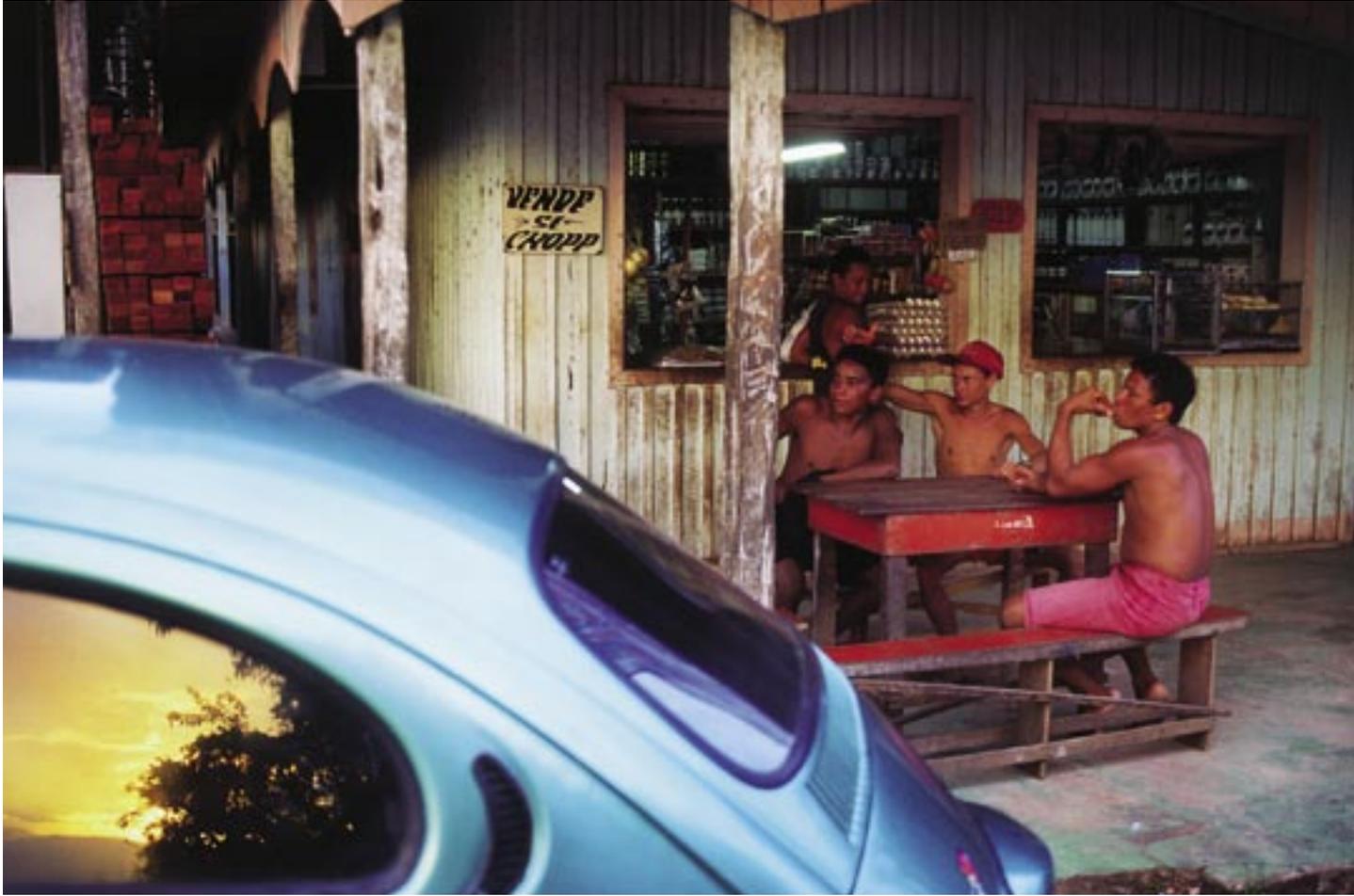
# Luzes de Belém

FOTOS LUIZ BRAGA

“Paraíso dos fotógrafos, desde os primórdios, a Amazônia vem alimentando a mídia com imagens exóticas e registros etnográficos”, diz Luiz Braga no texto de apresentação do ensaio *Amazônia Intimista*, de 2003, no qual o autor deixa clara a opção que tem feito por um caminho distinto. Seu trabalho mostra, em cores inconfundíveis, quão além da ditadura do exotismo, marcada pelo distanciamento, estereótipo e preconceito, situa-se grande parte da vida cultural e da produção artística da região.

Um dos principais fotógrafos de Belém, capital que se destaca entre os mais importantes núcleos do País nessa área, Braga define como linha mestra de sua trajetória “a constituição de um olhar contemporâneo da Amazônia sobre si mesma”, região freqüentemente tratada como sinônimo de floresta, mas onde cerca de 15 milhões de pessoas, o equivalente a 73% da população, vivem em cidades.





# Tesouros À ESPERA de um mapa

PROPAGADORES DE DISCURSOS DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIOAMBIENTAL DA AMAZÔNIA, OS CENTROS DE PODER DO PAÍS SÃO NEGLIGENTES QUANDO SE TRATA DE INVESTIR NA TRANSFORMAÇÃO DESSE POTENCIAL EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL POR MEIO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

✦✦✦ POR FLAVIO LOBO

Faça um teste. Diante de qualquer platéia, seja de amigos, colegas, alunos, seja de eleitores, diga que a biodiversidade da Amazônia é um dos maiores tesouros ao alcance da humanidade. Em seguida assegure que a Floresta Amazônica desempenha um papel fundamental nos sistemas hidrológico e climático de uma generosa porção da Terra, na qual se inclui o restante do Brasil. Prossiga falando do valor incalculável da maior reserva de água doce do planeta, e de sua íntima relação com a floresta. Alerta os ouvintes de que o processo de mudanças climáticas em curso certamente afetará a região, e que as ações humanas na Amazônia, por sua vez, repercutirão de forma cada vez mais dramática nos termômetros e no futuro do País. Como conclusão, diga que a Amazônia é o mais rico campo de pesquisas do mundo e, sobretudo do ponto de vista brasileiro, um dos que exigem maior atenção e urgência.

Quais serão as reações a esse discurso? Se a audiência for instruída e informada, provavelmente haverá certo enfado diante de tantos lugares-comuns. Quem, entre os leitores e telespectadores do País, não se deparou várias vezes com declarações muito parecidas?

E quanto a possíveis discordâncias? Alguém talvez faça reparos a algum aspecto, uma ou outra dúvida poderá ser levantada... Mas dificilmente o essencial será questionado. Nada que anime muito o debate.

Se tudo transcorrer como previsto, para não perder a atenção do seu público, conte uma piada.

Mantenha a expressão séria e diga, por exemplo, que, apesar de tantos estudiosos, formadores de opinião, líderes de diversos setores e autoridades do País repetirem esse discurso há décadas, o Brasil investe na Amazônia Legal, que abrange 59% do território do País, ínfimos 3% do orçamento nacional de ciência e tecnologia.

Se ninguém rir, das duas uma: ou você é muito convincente ou a sua audiência é mesmo bem informada.





“Quase todos os números relativos a ciência e tecnologia na Amazônia giram entre 3% e 4%. Esse é o tamanho da atenção que o Brasil dá, na prática, ao tão propalado ‘potencial gigantesco da região’”, diz o coordenador de pós-graduação do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, o sociólogo José Drummond.

De fato, segundo o pesquisador Rodolfo Salm, do Museu Paraense Emílio Goeldi, as instituições de pesquisa e universidades da região recebem 4% da verba nacional para o setor. O biólogo Charles Roland Clement, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), afirma que apenas 3,9% dos grupos de pesquisa do País encontram-se na Amazônia e, no Brasil todo, somente 1,8% têm, por exemplo, a biodiversidade amazônica como objeto de estudo.

Mesmo se não se levar em conta as incomparáveis riquezas socioambientais da região, as desproporções saltam aos olhos. Além de cobrir mais de metade do território brasileiro, a Amazônia Legal abriga 12% da população e produz 8% do PIB do País. Como assinala Alfredo Homma, da Embrapa Amazônia Oriental, a diferença entre a participação da região no PIB e no orçamento de ciência e tecnologia (C&T) revela que, em vez de os estados mais ricos financiarem a pesquisa na Amazônia, indiretamente ocorre justamente o inverso.

Trata-se de um grave exemplo de disparidade regional, mas também de falta de visão estratégica e de longo prazo,

pois, além das oportunidades perdidas, a falta de investimento em geração de conhecimento sobre a Amazônia poderá custar caro ao resto do País num futuro próximo. Basta lembrar, por exemplo, como faz Clement, que entre 25% e 50% das chuvas que caem no Sudeste são oriundas da Amazônia.

Segundo Clement, menos de 2,8% do PIB amazônico e de 0,2% do brasileiro se referem à exploração da biodiversidade nativa da região. Constatações como essa levam José Drummond à seguinte conclusão: “Desde que se começou a falar nesse assunto, na década de 70, uma pergunta se impõe: ‘O que o Brasil quer fazer com a biodiversidade da Amazônia?’ Diante da realidade que temos visto, a resposta é: ‘Nada, não quer fazer nada’”.

### INDIGNAÇÃO E DESPÉRDICIO

A lógica do *boom*-colapso, que marca o modelo dominante de exploração da Amazônia (*entrevista à pág. 10*), também atinge a área científica. Quando foi coordenador dos programas para a Amazônia do Ministério do Meio Ambiente, entre 1995 e 1999, o geógrafo Wanderley Messias, da USP, viveu um período em que os olhares do governo federal voltaram-se para a Amazônia. “Problemas da região, como os dos índios Yanomani, o desmatamento e uma onda de preocupação com possíveis riscos de internacionalização haviam chamado a atenção para a Amazônia dentro

e fora do País. O governo brasileiro lançou várias iniciativas e chegou a esboçar um grande plano de desenvolvimento sustentável amplo e articulado para a região.”

Com o passar dos anos, a pressão diminuiu, surgiram obstáculos e outras prioridades. Um processo cíclico que Alfredo Homma divide em três fases: “expansão, estagnação e declínio”. A expansão, como no momento lembrado por Messias, é em geral motivada pela divulgação de más notícias, sobre desmatamento, impacto de grandes obras ou direitos humanos. São respostas oficiais à pressão, sobretudo à que vem de fora do País.

Quando Messias estava no governo, mesmo que impulsionada inicialmente por uma onda de denúncias de repercussão internacional, a intenção de investir seriamente no mapeamento e na exploração da biodiversidade parecia perto de se concretizar. Criaram-se instituições como o Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), e foram negociadas parcerias nacionais e internacionais, inclusive com a multinacional farmacêutica Novartis. Mas a iniciativa logo esbarrou em oposição política e midiática, baseada em denúncias de “pirataria consentida”, “invasão estrangeira” e “usurpação capitalista do patrimônio brasileiro na Amazônia”.

Como de costume, ao pretensão reconhecimento do valor “incalculável” das riquezas amazônicas durante o surto de indignação nacionalista, e resultante abandono do projeto de cooperação, seguiu-se uma nova fase de letargia. O chamado à ação praticamente esgotou-se na etapa mais fácil, a da desconstrução, sem resultar na efetivação de alternativas.

Hoje, as atividades do CBA, localizado em Manaus, ainda estão muito aquém do inicialmente previsto. E, pelos cálculos de Messias, o trabalho de prospecção da biodiversidade, primeira etapa do processo que poderia resultar em produtos comerciais e em desenvolvimento regional sustentável, ainda não abrange 20% do universo explorável na Amazônia.

“Na segunda metade da década passada dobrou-se o investimento em C&T na Amazônia: era de 1% do orçamento nacional e passou a ser de 2%”, conta Messias. “Hoje está em 3%, o que ainda é muito pouco, mas não há mais nada parecido com um plano nacional para a região. Nesse aspecto, estamos retrocedendo aos anos 70. Só se pensa em estrada, hidrelétrica... projetos desenvolvimentistas à moda antiga, que não levam em conta as características e potenciais especiais da região.”

José Drummond tem uma visão parecida. “O modelo desenvolvimentista tradicional ainda tem muito apoio

na população, apesar de seus resultados, em termos de desenvolvimento social, serem parcos no Brasil. Hoje não há uma força política organizada que defenda de fato um modelo alternativo para a Amazônia. Grupos que se diziam comprometidos com essa meta chegaram ao poder e nada fizeram.”

### AUMENTO DESCOORDENADO

O pequeno aumento do investimento em C&T dos últimos anos se explica pela política de reserva de percentuais, geralmente entre 30% e 40%, para as regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, nas concorrências por verbas de agências federais de financiamento à pesquisa, como a FINEP e o CNPq. Charles Clement conta que na instituição em que trabalha, o Inpa, os grupos mais capacitados têm conseguido, com maior facilidade, recursos sem os quais o trabalho científico ficaria praticamente inviabilizado. Isso porque, segundo o biólogo, as instituições de pesquisa têm “orçamentos fictícios”: “Teoricamente, dos 15 milhões de reais anuais destinados ao Inpa, 8 milhões de reais são para pesquisa, o que seria razoável para um instituto que tem 240 pesquisadores. Mas, na prática, pagas as contas e gastos fixos, os serviços terceirizados e as manutenções de urgência, sobram apenas 500 mil reais”.

Em situação semelhante encontra-se o Museu Emílio



DO ORÇAMENTO BRASILEIRO DE C&T, ÍNFIMOS 3% VÃO PARA A AMAZÔNIA. E A FESTEJADA BIODIVERSIDADE DA REGIÃO É ESTUDADA POR 1,8% DOS GRUPOS DE PESQUISA DO PAÍS

Goeldi. “Nosso orçamento é de 6 milhões de reais, mas, ao todo, conseguimos captar 12 milhões para pesquisa via editais”, relata o historiador da ciência e coordenador de comunicação e extensão do museu, Nelson Sanjad. Com quatro projetos de pesquisa em andamento e em constante contato com uma rede de especialistas da sua área de estudo espalhados pelo Brasil e exterior, Sanjad não se sente à margem, mas diz que o mesmo não se aplica à situação geral da região. “Falta um programa nacional para a Amazônia. Um esforço de Estado, coordenado e de longo prazo, que teria de incluir a pesquisa e a formação de cientistas, simplesmente não existe.”

Segundo José Drummond, tanto o Inpa quanto o Museu Emílio Goeldi, juntamente com a Universidade Federal do Pará, a Universidade Federal Rural da Amazônia e “talvez” a Universidade Estadual do Amazonas, já seriam um boa rede inicial de formação e pesquisa, a ser consistentemente reforçada caso se pensasse para além do “varejo” dos editais. E o desafio de dar vida e fôlego a um modelo de desenvolvimento eficiente e sustentável demanda uma articulação mais abrangente, que extrapola as instituições e práticas acadêmicas.

A exemplo da geógrafa Bertha Becker (*entrevista à pág. 56*), os cientistas ouvidos por PÁGINA 22 criticam a ausência de políticas que articulem redes em áreas estratégicas de pesquisa e atividade econômica para fomentar o desenvolvimento sustentável da região do único modo capaz de vingar a longo prazo: vinculado à geração de conhecimento, à adoção de inovações e à participação das populações locais.

Nas palavras do geógrafo Antonio Carlos Moraes, da USP, no que tange à floresta, “a única maneira de haver preservação efetiva é engajar a indústria e as comunidades em cadeias de prospecção e produção de alta tecnologia”. Algo que, na opinião de Moraes, demanda liderança do Estado, exigindo planejamento e ação coordenados de várias áreas e instâncias de governo, mas que nem o órgão federal mais diretamente ligado a pesquisa e inovação, o Ministério da Ciência e Tecnologia, parece ter como meta.

Contatado com semanas de antecedência, o MCT não designou ninguém para falar com PÁGINA 22 sobre a política para a Amazônia. O ministério apenas enviou um relatório de 140 páginas, referente a 2006, que se limita a relatar a continuidade de ações importantes, mas dispersas, e viabilizadas, em grande parte, graças à cooperação internacional, como o projeto Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera da Amazônia (LBA) e o Programa Piloto para a Proteção de Florestas Tropicais (PPG7).



Na ausência de um plano mais geral e integrado para a Amazônia, para alívio geral da Nação, as menos de sete páginas de texto do capítulo sobre as ações do ministério na região começam com a seguinte proclamação: “Base natural da maior diversidade da Terra, a Amazônia é um dos objetivos estratégicos do planejamento do MCT”.

### PARA AVENTUREIROS

“Não é preciso viver na Amazônia para estudá-la”, lembra Bertha Becker. Como ressalta a professora emérita da UFRJ, cujos trabalhos sobre a região se situam, há quatro décadas, na vanguarda da produção brasileira, a superação dos modelos tradicionais de desenvolvimento exige a formação e a promoção de novas redes de informação e cooperação. A interconexão de instituições, acervos, laboratórios e pesquisadores torna-se uma dimensão cada vez mais central da atividade científica, com crescente autonomia em relação a territórios e fronteiras geográficas. Mas isso não quer dizer que o trabalho *in loco* possa ser simplesmente dispensado.

“Em 2004, por exemplo, tivemos de adiar um trabalho

de coleta de dados por causa da interdição do aeroporto de Caruaru, devido à presença de um lixo nas proximidades que atrai muitos urubus”, conta a bióloga Carla Morsello. Professora da USP, Carla estuda os impactos socioambientais do engajamento de comunidades tradicionais, no Médio Juruá (AM) e em áreas indígenas do Pará, em cadeias de produção e comercialização de produtos da floresta, como o óleo de andiroba, que terminam incorporados a artigos de grandes marcas da indústria de cosméticos, como a brasileira Natura e a britânica The Body Shop.

Na impossibilidade do pouso em Caruaru, os pesquisadores gastariam duas semanas apenas para ir e voltar do campo de pesquisa, o que acabou por obrigá-los a cancelar a viagem. Estudiosa de regiões e temas perfeitamente qualificáveis como estratégicos para o País, Carla, como a grande maioria dos que decidem fazer pesquisa na Amazônia, tem de enfrentar muitos obstáculos.

Trabalho sujeito a custos, dificuldades e incertezas adicionais, a pesquisa na região amazônica não conta com incentivos nem flexibilidade condizentes por parte das agências financiadoras nacionais. Somente a espera por li-

## NA AUSÊNCIA DE LIDERANÇA ESTATAL, CABE À SOCIEDADE CIVIL, À POPULAÇÃO DA REGIÃO, ÀS ONGS E AOS CIENTISTAS ASSUMIR UM MAIOR PROTAGONISMO

cenças da Funai e do Ibama, por exemplo, muitas vezes implica prazos incompatíveis

com os exigidos por órgãos como a Capes. Tanto que, em vários programas de mestrado, nos quais os alunos devem permanecer por não mais que dois anos, evitam aceitar projetos de pesquisa que exijam trabalho de campo na Amazônia. “É mais fácil obter autorização para derrubar 20% da mata nativa de uma grande propriedade do que para estudar o potencial econômico da biodiversidade que será extinta pelo mesmo desmatamento”, exemplifica Charles Clement.

Outra dificuldade, conta Carla, é fazer com que o conhecimento gerado pela pesquisa retorne de forma a beneficiar as populações locais. “Isso poderia ser feito mediante parcerias com ONGs, pois são elas que têm maior presença nas comunidades”, sugere a bióloga. Na ausência de um mecanismo que permita, sempre que possível, a utilização social do saber científico, os pesquisadores muitas vezes são tentados ou pressionados a “pagar” pela boa vontade dos locais com ajudas assistencialistas, como comprar a gasolina para o motor de um barco.

### VAZIO A SER OCUPADO

Os sistemas de controle e avaliação por parte dos órgãos estatais também são criticados pelos cientistas. “Os financiamentos daqui exigem como contrapartida inúmeras etapas de prestação de contas durante o trabalho e pouco enfatizam os resultados obtidos no fim do processo”, diz Carla, que conta com financiamento internacional para desenvolver sua pesquisa. “Na Amazônia, pesquisador é tratado como pirata, enquanto os verdadeiros criminosos raramente são importunados”, resume Clement.

Mas, na visão de José Drummond, pelo menos um dos aspectos dos ciclos de *boom*-colapso está sendo deixado para trás. “Acho que, de agora em diante, por fatores como as mudanças climáticas, o assunto Amazônia não vai mais passar por fases de desaparecimento da mídia e das discussões nacionais e internacionais como no passado”, avalia o sociólogo.

Na opinião de Drummond, na ausência de ações estatais mais decididas, cabe à sociedade civil, às ONGs, às populações da região e à comunidade científica assumir maior protagonismo em movimentos pela verdadeira valorização das riquezas amazônicas. Tesouros que só poderão ser usufruídos e preservados com a auxílio de saberes científicos que, em grande parte, ainda estão por ser gerados e aplicados. ■



# A AMAZÔNIA é moderna

✦✦✦ POR MÁRCIO SOUZA

Certamente a Amazônia, como prova a sua própria história, é uma região acostumada com a modernidade. Nos 500 anos de presença da cultura européia, experimentou os métodos mais modernos de exploração. Cada uma das fases da história regional mostra a modernidade das experiências que foram se sucedendo: agricultura capitalista de pequenos proprietários em 1760 com o Marquês de Pombal, economia extrativista exportadora em 1890 com a borracha, e estrutura industrial eletroeletrônica em 1970 com a Zona Franca de Manaus. Os habitantes da Amazônia, portanto, não se assustam facilmente com problemas de modernidade, o que vem provar que a região é bem mais surpreendente, complexa e senhora de um perfil civilizatório que o falatório internacional faz crer. Não por outro motivo, a Amazônia continua um conveniente mistério para os brasileiros.

A questão da região amazônica é sem dúvida fundamental para entendermos bem a diversidade do Brasil. Mas nem sempre foi possível o acesso ao passado da grande planície. Por isso, chamo a atenção para o trabalho de reestruturação dos arquivos públicos brasileiros. Como o que foi feito em Belém, permitindo que os pesquisadores tivessem acesso a informações até então inéditas, o que foi muito importante para o estudo da formação do Brasil e da integração da Amazônia ao Estado brasileiro.

O Brasil é fruto de um conjunto de paradoxos, entre pobreza e riqueza, modernidade e arcaísmo. É necessário analisá-los para entender a formação do País. É preciso levar em conta também as particularidades do modelo colonial português.

Não podemos esquecer que, na origem, a Amazônia não pertencia ao

Brasil. Na verdade, os portugueses tinham duas colônias na América do Sul, uma descoberta por Cabral em 1500, governada pelo vice-rei do Brasil, a outra, o Grão-Pará e Rio Negro, descoberto por Vicente Yañes Pinzón em 1498, logo após terceira viagem de Colombo à América, quando batizou o Rio Amazonas de Mar Dulce, mas efetivamente ocupada pelos portugueses a partir de 1630.

Esses dois Estados se desenvolveram distintamente até 1823, data em que o Império do Brasil começou a anexar o seu vizinho. A violência era naquela altura a única via possível, tão diferentes eram as estratégias, a cultura e a economia dessas duas colônias. A Amazônia então não era uma fronteira: é um conceito que foi inventando pelo Império e retomado pela República.

## PASSADO DE AUTONOMIA

No Grão-Pará e Rio Negro, a economia era fundada na produção manufaturada, a partir das transformações do látex. Era uma indústria florescente, produzindo objetos de fama mundial, como sapatos e galochas, capas impermeáveis, molas e instrumentos cirúrgicos, destinados à exportação ou ao consumo interno. Baseava-se também na indústria naval e numa agricultura de pequenos proprietários.

O Marquês de Pombal nomeara seu próprio irmão para dirigir o país, com o intento de reter o processo de decadência do Império português, que dava mostras de ser incapaz de acompanhar o desenvolvimento capitalista. Nesse contexto, os escravos tinham uma importância menor do que nos outros lugares. O país desfrutava, além disso, de uma cultura urbana bastante desenvolvida, com Belém, construída para ser a capital administrativa. Ou a sede da Capitania do Rio Negro, Barcelos, que conheceu um importante desenvolvimento antes de Manaus, e para a qual se recorreu ao arquiteto e urbanista de Bolonha, Antônio José Landi. Em compensação, a colônia

chamada Brasil dependia amplamente da agricultura e da agroindústria, tendo, portanto, uma grande proporção de mão-de-obra escrava.

Em meados do século XVIII, tanto o Grão-Pará quanto o Brasil conseguem criar uma forte classe de comerciantes, ligados à importação e exportação, senhores de grandes fortunas e bastante autônomos em relação à Metrópole. Mas enquanto os comerciantes do Rio de Janeiro deliberadamente optaram pela agricultura de trabalho intensivo, como o café, baseando-se no regime da escravidão, os empresários do Grão-Pará intensificaram seus investimentos na indústria naval e nas primeiras fábricas de beneficiamento de produtos extrativos, especialmente o tabaco e a castanha-do-pará.

A anexação da Amazônia marcou o começo de um novo processo e provavelmente, aos olhos das elites do Rio de Janeiro, só poderia ser à força. Para as elites do Grão-Pará, o incidente das Cortes, liberais internamente, mas recolonizadoras para fora, e a intimidade com as idéias da Revolução Francesa adquirida na tomada e ocupação de Caiena, fez perceber que a via da República era mais adaptada à América que um regime monárquico. Os ministros do jovem e impetuoso imperador brasileiro não podiam admitir tal coisa. E, entre 1823 a 1840, o que se vai ver é um processo de provocação deliberada, seguida por uma severa convulsão social e a conseqüente repressão. Se me permitem a comparação um tanto audaciosa, foi de certo modo como se o Sul tivesse ganhado a Guerra de Secessão nos Estados Unidos. Com a repressão, a Amazônia perdeu 40% dos seus habitantes. A anexação destruiu todos os focos de modernidade. Entre o Império e as oligarquias locais, nenhum diálogo era então possível.

## PRAGMATISMO PORTUGUÊS

Se o Brasil é geralmente dado no exterior como um país de emoções, de irracionalidade, um país primitivo ou até folclórico, não podemos esquecer, no entanto, que ele herdou da colonização portuguesa uma grande capacidade de organização e de planejamento, assim como uma preocupação afirmada com os detalhes. Os portugueses sempre fixaram objetivos para si mesmos. Previam cada um de seus passos no continente latino-americano. Não consta na crônica da conquista a existência de portugueses em busca da fonte da juventude, tampouco puseram um pé na água para declarar, como fizeram os espanhóis, que se tinham apossado do Oceano Atlântico inteiro. Se o Império não tivesse tido que se haver com a Amazônia, ou, como disse José Honório Rodrigues, se não tivesse passado o tempo inteiro reprimindo revoltas populares, podemos



estar certos de que o processo de expansão territorial do Brasil teria atingido as margens do Pacífico. A Amazônia passou, portanto, a ser uma fronteira entre uma zona de cultura brasileira predominante e um subcontinente onde se fala francês, holandês, espanhol, português.

## IMAGEM DISTORCIDA

Na realidade, a Amazônia foi reinventada pelo Brasil, que propôs para ela a sua própria imagem. Os moradores da Amazônia sempre se espantam ao ver que, talvez para melhor vendê-la e explorá-la, ainda apresentam sua região como habitada essencialmente por tribos indígenas, enquanto existem há muito tempo cidades, uma verdadeira vida urbana, e uma população erudita que teceu laços estreitos com a Europa desde o século XIX. Aliás, nisso residem as maiores possibilidades de resistência e de sobrevivência dessa região. Com efeito, os povos indígenas da Amazônia nada conseguirão se não se apoiarem nessa população urbana que é a única que se expressa nas eleições e exerce pressão sobre a cena política. É pelo jogo das forças democráticas que o problema da exploração econômica da Amazônia poderá encontrar uma solução. Portanto é preciso reforçar as estruturas políticas regionais. A Amazônia conta uma população de 20 milhões de pessoas, com 9 milhões de eleitores, o que não é pouca coisa.

Embora o Brasil se orgulhe de ter 'absorvido' a Amazônia, não aniquilou suas peculiaridades. Continua havendo uma cozinha, uma literatura, uma música da Amazônia. As trocas entre ambas as culturas são muitas, e isso é bom. A exploração da Amazônia pode esclarecer com proveito o projeto de modernidade do Brasil. As favelas, a má distribuição de renda e a desigualdade social decorrem menos da pobreza de certas regiões que obriga seus moradores a emigrar do que das opções políticas adotadas pelos grandes latifundiários e pelos donos das grandes empresas, ou seja, por aqueles que detêm o capital, os donos do império brasileiro. ■

INDÚSTRIA FLORESCENTE  
Centro de beneficiamento da época do ciclo da borracha, em Manaus, fotografado pelo alemão George Huebner

RETRATO REINVENTADO  
A forma como o Brasil ainda vê e apresenta a Amazônia lembra as fotos posadas de alguns postais de Huebner



# Por mais ciência E CIDADANIA

ÀS VÉSPERAS DO LANÇAMENTO DE **UM FUTURO PARA A AMAZÔNIA**, A GEÓGRAFA E PROFESSORA EMÉRITA DA UFRJ, AUTORA DE UM DOS MAIS IMPORTANTES CONJUNTOS DE ESTUDOS SOBRE A REGIÃO, **ADIANTA ANÁLISES E PROPOSTAS DE SEU PRÓXIMO LIVRO**

✦ POR FLAVIO LOBO

**PÁGINA 22: Diante das mudanças climáticas, da perspectiva de agravamento da crise ambiental e da pressão demográfica, as próximas décadas deverão ser decisivas para o futuro da Amazônia. Como a senhora gostaria que esse futuro se encaminhasse?**

**BERTHA BECKER:** Para começar, a Amazônia hoje deve ser pensada como Amazônia sul-americana. Nesse contexto da globalização, das infovias, dos projetos que já estão em andamento, temos que pensar nesses termos. Já temos muita coisa em curso nesse sentido. Já existe a IIRSA, que é a Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana, corredores bioceânicos, hidrelétricas... enfim, vários projetos e obras de infra-estrutura. Tem dois projetos, e a perspectiva de um terceiro, para a gestão de toda a Bacia do Rio Amazonas desde as nascentes. Nas proximidades da fronteira já existem muitos processos, que estão em andamento,

similares. O mundo da globalização ficou muito mais ligado, e as escalas das ações ambientais estão aumentando. A Amazônia deve ser um lugar de vida. Não só da vida biológica, da natureza, mas um lugar de vida para as populações que lá estão e estarão. E, para que seja assim, será preciso fazer uma revolução científico-tecnológica na região. Enquanto a floresta não tiver valor

por ela mesma, valor econômico, ela não compete com as *commodities*. A coisa mais importante, de cara, é parar o desmatamento. Seja por causa do aquecimento global, seja para manter a vida. Tem que romper, parar, estancar, barrar esse desmatamento, e só vai barrar se a floresta puder competir. Vivemos num sistema capitalista. Enquanto ela não competir, vai ser derrubada.

**22: Como se faz essa revolução científica?**

**BB:** Para começar, impõe-se acabar com a falsa dicotomia entre conservação e desenvolvimento. Essa é uma ideologia tremendamente maléfica, no meu entender. A revolução científico-tecnológica precisa exatamente descobrir maneiras de utilizar a natureza, os recursos da natureza, sem destruí-los. Dou muita ênfase ao uso dos produtos da biodiversidade. Tem gente que diz que isso não adianta, que a diversidade amazônica é diversa demais. Mas não é preciso usar tudo ao mesmo tempo. À medida que a pesquisa

“ SE DECODIFICARMOS O QUE A POPULAÇÃO PEDE, PRESENÇA ESTATAL E ZONEAMENTO, ELA QUER REGRAS CLARAS E CUMPRIDAS ”

for avançando, podem-se estabelecer cadeias produtivas que venham desde o “âmago” da floresta, e venham progressivamente agregando valor até chegar aos centros de biotecnologia e às empresas — e já existe, em Manaus e Belém, uma boa quantidade de empresas que poderiam participar desse processo mais intensamente. Pequenas e médias empresas que usam produtos da biodiversidade para fazer óleos essenciais, fitofármacos, principalmente cosméticos, e os fitoterápicos, que são mais populares, ainda não são devidamente industrializados. Há ainda um campo imenso no mundo, que é a chamada nutricêutica. O açaí, o guaraná, por exemplo, não são remédios, mas produzem bem-estar. O mercado potencial para esses produtos é enorme. Isso cresceu no Japão, na Europa, nos EUA, e nós não estamos aproveitando.

**22: Essas indústrias estabelecidas em torno das duas grandes capitais da Amazônia já se preocupam com sustentabilidade? Os produtos têm algum tipo de certificação?**

**BB:** Ainda não. Elas teriam de ter incentivo e apoio para investir nisso. Se há alguma coisa que deveria ser apoiada na Amazônia, é esse tipo de iniciativa, de cadeia produtiva moderna, no melhor sentido da palavra. Por enquanto predominam relações comerciais parecidas com as da época do Brasil colônia: ainda há comunidades

que recebem quinquilharias — tipo espelinho — como pagamento pelos produtos da biodiversidade. A revolução que eu proponho não é unilateral, positivista. Tem de envolver também muita pesquisa em áreas como antropologia e sociologia, inclusive para ajudar a organizar as comunidades e ajustar as cadeias prospectivas e produtivas conforme as características e necessidades dessas populações. Uma das coisas mais terríveis para a Amazônia é que ela não tem cadeias produtivas próprias. Como é que se faz um crescimento econômico e um desenvolvimento sem cadeias produtivas? O que tem de cadeia produtiva efetiva na região são pedaços de cadeias originárias do cerrado, da soja, do boi. Isso não dá bem-estar nem renda suficiente para a região. Pode dar para alguns, mas não gera organização e estrutura próprias.

**22: O que mais mudou na Amazônia nas últimas décadas?**

**BB:** Uma das coisas que mais mudaram foi o povo. A população da Amazônia, e isso é uma coisa que poucas pessoas entendem, não é mais a mesma de 1970. A população passou por vários modelos, uns violentos, outros paradões. Expansão da fronteira agrícola, projeto de integração nacional etc. Mudanças violentas, de estradas, de gente do Sul, extorsão de posseiro, índio brigando com posseiro, fazendeiro com posseiro... A população virou peão, era desterritorializada continuamente, ia para cá, ia para lá. Abriam a mata aqui, vinha um fazendeiro, os grandes grupos, que tiravam a turma e ela ia abrir mata em outro lugar. Isso foi uma mobilidade imensa, acompanhada de intenso crescimento urbano. A Amazônia teve as maiores taxas de urbanização do país nas últimas três décadas do século passado. Não se passa



FOTOS: NELSON PEREZ

“  
**A QUESTÃO DO RIO  
 MADEIRA VIROU UMA  
 GUERRA PARTICULAR  
 ENTRE UMA EMPRESA  
 E AMBIENTALISTAS, MAS  
 DEVERIA SER DEBATIDA  
 PELA SOCIEDADE**  
 ”

por um processo assim incólume, sem um aprendizado político e social. Ela aprendeu a ter muito mais informação e a fazer muito mais perguntas. Ao longo da Transamazônica, ou em outras áreas, como Santarém, faço pesquisa de campo e converso com o povo. E eles falam coisas do arco-da-velha. Por exemplo: “Temos que ter lazer”. Dizem: “Temos que ter pesquisa quando quiserem estabelecer uma área protegida”. Quando que iríamos lá, 30 anos atrás, e ouviríamos alguém dizer uma coisa dessas?

**22: O que mais a população pede? O que é mais importante para eles?**

**BB:** Quando eu pergunto do que eles mais precisam, ouço assim: “A presença do governo, do Estado”. Todos os atores da região colocam como mais importante a presença do Estado, dizem que o Estado é omissivo na região. Os fazendeiros, pelas razões deles: “Chega de área protegida, chega de reserva, de 80% da terra em reserva. Deixa criar mais área protegida, mas deixa a gente fazer da nossa propriedade o que a gente quiser”. Os pequenos, porque eles querem segurança, porque estão continuamente ameaçados pela expansão dos fazendeiros. Todo mundo quer a presença, mediação, a regra, a segurança do Estado. Outra coisa que me surpreendeu, no ano passado, quando estive lá, foi que o que eles mais almejavam, em segundo lugar, era o zoneamento ecológico e econômico. Eu ajudei a fazer a metodologia do zoneamento, em 1996. Todo mundo era absolutamente descrente, dizia que não iria ajudar em nada, porque ninguém entendia o que era. Agora a população quer zoneamento. Quer garantir as áreas dela contra os conflitos. Se decodificarmos o que eles pedem — Estado e zoneamento —, o que eles querem são as regras do jogo claras e cumpridas. Acho um grande avanço. Mas

a solução não é fácil. Um dos grandes problemas do Brasil e da Amazônia é que não tem condições de monitorar, de fiscalizar, e de fazer cumprir as regras do jogo. É uma questão institucional muito séria. A situação só vai melhorar de verdade com o desenvolvimento da região em novos moldes.

**22: E quanto aos índios, o que eles querem? O que a senhora propõe para os índios em seu livro?**

**BB:** Tem de haver vários tipos de zonas de florestas. Áreas riquíssimas em biodiversidade devem ser áreas preservadas. Outras áreas devem ser de florestas produtivas, terreno para revolução científico-tecnológica. Estou distinguindo vários tipos — você vai dizer que eu estou louca —, vários tipos de florestas produtivas. As terras indígenas para mim não devem ter o mesmo tratamento das áreas protegidas, porque índio não é a mesma coisa que árvore. Muitas populações indígenas vivem em extrema pobreza. Lá em São Gabriel da Cachoeira, por exemplo, é uma coisa de chorar. Eles podem explorar a natureza de maneira mais lucrativa, aproveitando a tradição cultural e com poucos danos ambientais. A cultura deles, em termos de produção, baseia-se na pesca e na mandioca. Eu, nas áreas indígenas, faria energia à base de mandioca, etanol de mandioca. Energia renovável. É loucura? É uma alternativa muito interessante. A mandioca como alimento, e a mandioca para gerar combustível. Hoje, eles pagam fortunas pela gasolina para botar no barquinho a motor. Eles podiam ter uma pequena usina de etanol, e talvez até vender o excedente. Porque eles querem ter relógio, roupa etc. Eles não querem perder a cultura deles, o que não significa que não tenham di-



reito de consumir. Mas, para muita gente, índio consumir é pecado. Mas por quê? Se ele está em contato com a chamada “civilização”, não está? Para mim, o direito de consumir pelo menos um mínimo hoje é um direito à cidadania. Eles também podem fazer manejo de madeira e participar de cadeias de biodiversidade.

**22: O que a senhora acha de novas iniciativas, como a concessão para**

usavam, de rotação da terra: usa-se uma parte da floresta durante alguns anos, conforme certas regras, depois deixa-se aquele pedaço de floresta em paz por 40 ou 50 anos. E os que cumprirem as regras podem passar a explorar outras partes da floresta. Era assim que os índios faziam, e a mata está aí até hoje. Mas se não tomar cuidado... O que tem de exploração de madeira no Peru hoje, partindo de uma frente de expansão de Pucallpa... o centro é Iquitos. De Iquitos a madeira desce como se fosse madeira peruana, e é exportada por Belém e por Macapá. O grande centro consumidor da madeira amazônica é o Sudeste brasileiro, com 85%. Mas os outros 15% são exportados para o exterior.

**22: E a polêmica hidrelétrica do Rio Madeira: como a senhora avalia o projeto?**

**BB:** Isso virou uma guerra particular entre a Odebrecht e os ambientalistas. Não tem cabimento. A Amazônia é uma questão global, continental e, sobretudo, nacional. É uma questão de Estado. O debate sobre o desenvolvimento dela não pode ficar restrito a uma guerra de interesses entre ambientalistas e uma empresa, pode? Tem de ser debatido pela sociedade toda, e a ciência e a tecnologia deveriam ter um papel enorme aí. O que proponho para obras de infra-estrutura? Planejamento integrado. Ninguém mais poderá fazer só hidrelétrica ou só estrada isoladamente, explorar um recurso da Amazônia para exportar para o Sudeste. Se eu fosse o governo, proibiria isso. Agora, simplesmente não fazer hidrelétrica também não pode: tem de estudar seriamente a melhor maneira de fazer. Eu até já falei para o pessoal da Odebrecht: estamos na era do planejamento integrado. Faz a usina, mas tem de ter navegação fluvial,

tem de planejar a produção de alimentos no entorno, nas áreas que já estão alteradas, com produtores familiares, com apoio à produção. Nas áreas de floresta, mantê-las, fazer cadeias de biodiversidade utilizando a navegação fluvial.

**22: Existem riscos reais de perda da soberania brasileira na Amazônia?**

**BB:** Acho que sim, e tenho escrito também sobre isso. Primeiro tem de ser bem entendido o que é soberania. Ela não é mais a soberania militar do passado, dos séculos anteriores. O melhor seria, hoje, falar em autonomia do que soberania. Porque estamos num mundo dominado por fluxos que obedecem cada vez menos as fronteiras, fluxos financeiros, de informação, de mercadorias... Em relação à Amazônia, há um interesse externo muito grande. Não é paranóia coisa nenhuma, existe mesmo. Não é por acaso que há tantas ONGs por lá. Nem todas as ONGs são iguais, mas tem muita ONG aí que faz geopolítica pura. E, se olharmos hoje para a América do Sul e para a América Latina, o Brasil é quase que uma grande ilha, cercada de militares por todos os lados. Existem as localidades de base avançada, dos EUA e européias, também na América Central, na Colômbia, no Peru, Equador, Paraguai. Estamos cercados das chamadas “localidades avançadas”. Ninguém chama mais de bases. Muda-se a nomenclatura, mas são bases militares, na verdade. Não foi por acaso que o Brasil fez um projeto Sivam-Sipam. São respostas à pressão. Mas o que os militares e o governo parecem não entender é que a soberania tem duas faces. Eles em geral só se preocupam com a face externa e esquecem a interna, o bem-estar da Nação, das populações, do cidadão. Na Amazônia, com todo o atual clamor pela presença do Estado, isso fica muito claro. O Estado brasileiro precisa, sobretudo, conquistar legitimidade e soberania internamente. ■

**exploração de áreas florestais?**

**BB:** Teoricamente está correto. O grande problema da Amazônia é que ninguém cumpre a lei. Aí eu fico morrendo de medo, porque deixar todas as florestas nacionais e estaduais — os estados entraram também — permissivas à exploração é um tremendo de um risco. Talvez fosse melhor adotar um sistema parecido com o que os índios



# Diversidade em TRANSFORMAÇÃO

■ ■ ■ POR RAUL DO VALLE

Recentemente o presidente Lula foi a São Gabriel da Cachoeira (AM), município com a maior proporção de índios em sua população (mais de 80%), para lançar o assim denominado “PAC indígena”. Estimado em pouco mais de R\$ 500 milhões, o programa prevê investimentos em demarcação e proteção de terras, educação, saúde, cultura e desenvolvimento econômico. Tal como foi apresentado, parece ser uma espécie de “compensação étnica” do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que com sua predileção por grandes obras de infra-estrutura (estradas, hidrelétricas, linhas de transmissão, hidrovias, portos etc.) afetará direta ou indiretamente algumas dezenas de terras indígenas (TIs), sobretudo na Amazônia.

Entre as décadas de 50 e 70 havia um plano governamental de “integração” da Amazônia ao restante do País, o qual pressupunha projetos de colonização, incentivos à der-

**ÁREAS-CHAVE PARA A SUSTENTABILIDADE AMAZÔNICA, AS TERRAS INDÍGENAS AINDA SÃO VISTAS COMO ENTRAVES**

rubada da floresta para uso agropecuário, instalação de grandes obras de infra-estrutura e de projetos de extração de recursos naturais. Hoje já não há mais um plano oficial nesse sentido — muito embora o Inera continue assentando milhares de colonos de todo o País na região —, mas o mercado, também nessa área, veio tomar o seu lugar. Grandes projetos de aproveitamento hidrelétrico, de mineração, de exploração agropecuária e madeireira estão se instalando na região, alguns com incentivo oficial, outros sem precisar disso, apenas pelo estímulo de buscar matéria-prima barata para exportar a um mercado mundial em crescimento contínuo nos últimos anos. Nesse contexto, e assim como ocorreu na década de 70, os povos indígenas e seus territórios são vistos como “entraves” ao crescimento do País.

Não por acaso cresceu nos últimos cinco anos o número de projetos de lei apresentados perante o Congresso Nacional que tentam dificultar ou reverter a demarcação de terras indígenas e abrir suas fronteiras para a exploração dos

recursos naturais. Dentro do próprio Poder Executivo federal estão sendo gestados ao menos dois importantes projetos de lei que afetarão diretamente os interesses indígenas: um que permite a exploração mineral de larga escala dentro das TIs e outro que possibilita a instalação de hidrelétricas. Esses projetos são tidos como prioritários pelo núcleo gestor do PAC, que os vêem como medidas para “destravar” o crescimento econômico na região e no Brasil.

## FRÁGIL MOSAICO

Hoje a Amazônia concentra 98,6% da extensão das TIs no País, algo em torno de 108 milhões de hectares. Isso significa que perto de 21% do território da região está reservado ao usufruto exclusivo de povos indígenas. Vivem nessas terras pouco mais de 260 mil indivíduos (e cerca de 80 mil nas cidades), segundo dados da Fundação Nacional da Saúde (Funasa), o que equivale à população de uma cidade de porte médio do Estado de São Paulo. São, porém, mais de 170 povos diferentes, com línguas, costumes e culturas próprios. Mais povos do que em toda a Europa.

(continua na pág. 62) ▶



Mas, sendo um mosaico de microsociedades (grande parte dos povos têm menos de mil indivíduos), os índios são na prática uma minoria política, econômica e populacional, o que os torna sempre vulneráveis aos humores da política ou do mercado. O caso das políticas de saúde é um exemplo claro.

Em 1999 o governo federal resolveu retirar os serviços de saúde da Funai e repassar ao Ministério da Saúde. Ato contínuo, criou os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), uma forma descentralizada de planejar o atendimento à saúde em áreas remotas e de gerenciar recursos. De início esse sistema funcionou muito bem, apoiado em grande medida na terceirização dos serviços e na ampla participação indígena no controle social, de forma que os indicadores de saúde melhoraram em quase todas as áreas. Nos últimos três anos, no entanto, as coisas mudaram.

A Funasa tentou uma mal-sucedida retomada dos serviços, que antes estavam delegados a prefeituras, universidades ou ONGs, ao mesmo tempo que o Ministério da Saúde se transformou em moeda de troca política no âmbito federal. Burocracia, má gestão e desvio de recursos marcaram este último período, e o reaparecimento de doenças e o aumento significativo do número de mortes é algo praticamente generalizado.

Embora exista hoje na sociedade brasileira uma visão positiva — muitas vezes idílica — acerca dos povos indígenas e da necessidade de afirmar seus direitos, as elites locais da Amazônia continuam tendo uma visão preconceituosa e defendendo a ideia de que tem muita terra para pouco índio, o que justificaria a paralisação no processo de demarcação de terras ou mesmo a ocupação desses territórios por aqueles que queiram “produzir”. Sob o olhar dos colonos ou de empresários, as terras indígenas são grandes áreas de “não-uso” e que deveriam ser em grande parte incorporadas ao mercado.

Uma rápida olhada no mapa de vegetação de Rondônia, ou da Bacia do Xingu em Mato Grosso, explica a contrariedade dessas elites à demarcação de terras. Praticamente todas as áreas fora das terras indígenas já foram desmatadas ou intensivamente exploradas, e as fronteiras entre as terras dos colonos (desmatadas) e as terras dos índios (florestadas) são tão evidentes que nem são necessárias cercas para que se possa identificá-las. Os números do desmatamento também confirmam essa realidade: entre 2005 e 2006 o desmatamento na Amazônia foi de mais de 14 mil quilômetros quadrados, mas dentro de TIs foi de apenas 190 quilômetros, ou 0,02% da superfície dessas terras.

Como se pode perceber, cada vez mais

essas áreas se tornarão importantes provedoras de serviços socioambientais para o país (e para nossos vizinhos), que vão desde a regulação de chuvas até a preservação de inúmeras variedades agrícolas importantes à segurança alimentar nacional. Estes, porém, não são hoje reconhecidos ou recompensados pelo Estado ou pelo mercado, razão pela qual a situação socioeconômica no interior das terras não é das melhores e as pressões para se usar de forma insustentável os recursos naturais só tendem a crescer.

## MAIS DEMANDA, MAIOR URGÊNCIA

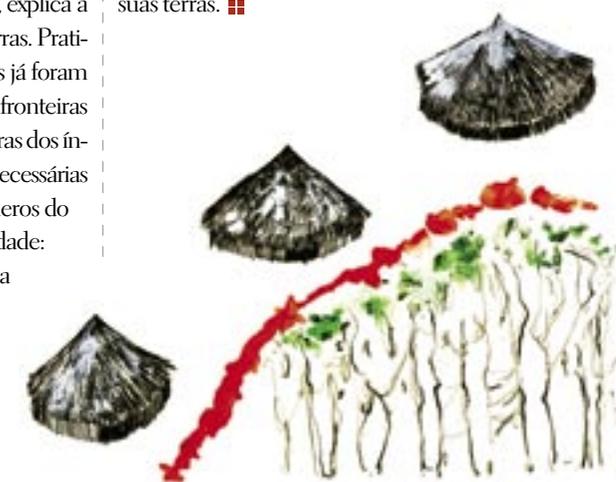
Grande parte das comunidades indígenas ainda depende de favores e recursos repassados pela Funai para conseguir bens de consumo básicos, como ferramentas agrícolas, roupas ou utensílios domésticos. Não há ainda experiências exitosas, de larga escala, nas quais os índios tenham conseguido estabelecer uma produção voltada ao mercado que lhes garantisse uma renda básica ao mesmo tempo que não dilapidasse seu patrimônio natural. Essa é uma questão estratégica para o futuro das TIs, pois a tendência é que a demanda das populações indígenas por bens industrializados e geração de renda aumente.

Vivemos hoje uma disputa pelo espaço amazônico: ele deve continuar sendo um espaço de reprodução socioambiental, no qual povos e ambientes convivem há séculos, ou deve se transformar definitivamente em mais um espaço de reprodução do capital, onde tudo vira recurso para movimentar o sistema? Nesse ponto o PAC indígena deveria avançar no desenho de um grande sistema de pagamento por serviços ambientais prestados pelas terras e populações indígenas. Isso seguramente traria não apenas bem-estar social a essa pequena, mas importante, parcela da população nacional, mas também apontaria claramente qual o destino que se quer dar a suas terras. ■■



**BARREIRAS À DEVASTAÇÃO**

Entre 2005 e 2006 o desmatamento na Amazônia foi de mais de 14 mil km<sup>2</sup>, mas atingiu apenas 0,02% das terras indígenas





# GRAVATA de miçangas

✦ POR REGINA SCHARF



Não é todo dia que se esbarra num empreendedor como Robert “Dude” Perry. “Sou o que chamam de xamã, viajo para rezar pelas pessoas”, diz esse homem grandalhão, de rosto afogueado e longa trança alourada. Filho de um índio Shoshone-Bannock e uma branca, ele é adepto dos *sweat lodges*, uma espécie de sauna ritual comum entre tribos americanas. Mas sua principal atividade é a promoção da All My Relations, empresa que criou na reserva de Fort Hall, em Idaho, perto da fronteira com o Canadá.

Seu produto é um sistema de injeção de hidrogênio que amplia a eficiência de motores veiculares. Segundo

Perry, o dispositivo permite que um Hummer — o mastodonte poluente tão comum nas garagens americanas — amplie em 30%

a eficiência do seu motor, com uma redução proporcional de poluentes. O sistema, alimentado apenas com água e pela bateria do próprio veículo, pode ser adaptado até mesmo num ônibus ou numa Harley-Davidson.

O xamã empreendedor, para quem a energia da água há de salvar o mundo, é uma figura cada vez mais comum na paisagem. A vida econômica dos indígenas americanos já não se limita ao comércio de artesanato e aos cassinos. Índios e esquimós dirigem 200 mil empresas, com um faturamento conjunto que supera os US\$ 27 bilhões, segundo estudo divulgado no ano passado pelo equivalente do IBGE nos EUA, com base em dados de 2002. Boa parte delas, quase um terço,

trabalha com construção civil e consertos domésticos, mas também são muitas as que oferecem outros serviços, ou que atuam nas áreas de saúde, consultoria técnica e profissional, e no varejo. Seu faturamento médio é menos de um décimo daquele do conjunto das pequenas empresas americanas, mas é gigantesco se comparado com os proventos dos índios brasileiros.

E esses números nem sequer incluem cassinos — uma indústria que garantiu aos nativos US\$ 25 bilhões em 2006, o dobro do faturamento registrado em 2001, segundo a National Indian Gaming Commission — e outras iniciativas pertencentes ao conjunto da comunidade. Já faz 20 anos que a Suprema Corte determinou que as nações indígenas tinham plena liberdade de administrar cassinos e bingos, sem que o Estado dê palpites. Os resultados são, como se pode imaginar, agridoces.

Um estudo conduzido pelo Departamento de Economia da Universidade de Maryland, verificou que, quatro anos após a abertura de um cassino tribal, o nível de emprego havia crescido 26% e a população, 12%.

Naturalmente, entre os quase 400 cassinos e bingos mantidos

pelos indígenas, os mais bem-sucedidos são aqueles próximos a grandes cidades, capazes de elevar consideravelmente a qualidade de vida nas reservas. Mas o jogo tem seu preço: nesse mesmo intervalo de tempo, as taxas de falência, crimes violentos e roubos de veículos aumentaram 10%.

Das 200 mil empresas indígenas em atividade, mais de 3.600 faturam acima de US\$ 1 milhão. A líder é a Red Man Pipe and Supply, de Oklahoma, que ultrapassa o bilhão. Fundada em 1977 por Lewis Ketchum, chefe tribal do Delaware, ela fornece suprimentos e tubulações para a indústria do petróleo e outros setores.

Mas não há dúvida de que a estrela das empresas dirigidas por indígenas é a NativeEnergy, que fez a compensação das emissões de carbono geradas na produção do documentário sobre aquecimento global *Uma Verdade Inconveniente*, de Al Gore. Ela também presta esse tipo de serviço para empresas líderes em termos de sustentabilidade, como Interface, Aveda e Ben & Jerry. Seu sócio majoritário é o Intertribal Council on Utility Policy, uma ONG que representa uma série de tribos das Grandes Planícies do Norte dos EUA. O diferencial da NativeEnergy é oferecer créditos de carbono com um quê a mais. No caso, o apoio a projetos energéticos, sobretudo sistemas eólicos e biodigestores, em reservas indígenas, áreas isoladas do Alasca ou pequenas propriedades rurais.

Como disse o Sioux Patrick Spears, presidente do Intertribal Council, quando este adquiriu sua participação na NativeEnergy, em 2005: “Este é um grande dia para todos os indígenas americanos. Estamos demonstrando que viver em harmonia com a Mãe Terra não é bom apenas para a natureza, mas também para os negócios”.

A NativeEnergy e a All My Relations são apenas dois exemplos dirigidos a partir de reservas indígenas e que exploram o filão da sustentabilidade. Como diz Dude Perry, ser indígena está longe de atrapalhar. “Isso até ajuda com o marketing”, afirma. Oxalá um dia seus colegas brasileiros possam trilhar o mesmo caminho. ■

**ÍNDIOS E ESQUIMÓS DIRIGEM 200 MIL EMPRESAS, COM UM FATURAMENTO CONJUNTO ACIMA DOS US\$ 27 BILHÕES**

#### CRÉDITOS COM A “MÃE TERRA”

A NativeEnergy é a estrela das empresas dirigidas por indígenas americanos. Foi a responsável pela neutralização das emissões de carbono geradas na produção do documentário *Uma Verdade Inconveniente* e apóia projetos energéticos em reservas e áreas isoladas.



■ ■ ■ **DE CIMA PARA BAIXO**, 74 metros até o chão e dezenas de degraus: barras de aço fincadas no tronco de uma árvore. No horizonte, floresta até onde a vista alcança: o que restou da majestosa floresta de karri (*Eucalyptus diversicolor*), única no mundo, que com jarrah (*Eucalyptus marginata*) e tingle (*Eucalyptus jacksonii*) cobria de árvores gigantes o Sudoeste do estado de Western Australia. De até 300 anos e 90 metros, elas abrigaram os aborígenes, viram os europeus domar a terra e alimentaram a indústria madeireira. Hoje restam menos de 10% da floresta original, em parte preservada pelo ecoturismo e suas atrações: mirantes nas copas das árvores, passeios pelo dossel da floresta, uma trilha contínua de quase mil quilômetros atravessando diversos ecossistemas. O vale ainda é dos gigantes. ■ ■